Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A Companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas (denominadas, em conjunto, "Petrobras" ou a "Companhia"), à pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 651/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 3.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2012, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Relatórios por segmento de negócio

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre as áreas de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre as áreas e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização vigente, contendo as seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção: abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, de transporte e comercialização de GNL, de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.
- d) Biocombustível: contemplam as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, acúcar e o excedente de energia elétrica gerado a partir do bagaço da cana-de-acúcar.
- e) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora.
- f) Internacional: abrange as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

2.2 Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

2.3 Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e informações gerenciais da Companhia. Esse balanço é apresentado como informação adicional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.4 Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

2.5 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

3 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Petrobras e de suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósitos específicos, cujas práticas contábeis estão aderentes às adotadas pela Companhia. As empresas consolidadas são as seguintes:

		Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante%	
Subsidiárias e controladas	País	2011	2010
Petrobras Química S.A Petroquisa e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A BR e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasoil e suas controladas (i)	Ilhas Cay man	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC (i)	Ilhas Cay man	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V PIBBV e suas controladas (i) (ii)	Holanda	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PBEN (iii)	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A E-Petro (iv)	Brasil	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A Gaspetro e suas controladas	Brasil	99,99	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A Transpetro e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	Brasil	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V PNBV e suas controladas (i)	Holanda	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	Brasil	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A. e sua controlada (v)	Brasil		100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE	Brasil	100,00	100,00
Termorio S.A.(v)	Brasil		100,00
Termoceará Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termomacaé Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A (v)	Brasil		100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	Brasil	99,00	99,00
Termobahia S.A.	Brasil	98,85	98,85
Petrobras Biocombustível S.A.	Brasil	100,00	100,00
Refinaria Abreu e Lima S.A.	Brasil	100,00	100,00
Cordoba Financial Services Gmbh - CFS e sua controlada (i)	Áustria	100,00	100,00
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP	Brasil	100,00	100,00
Comperj Petroquimos Básicos S.A(v)	Brasil		100,00
Comperj PET S.A.(v)	Brasil		100,00
Comperj Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj Estirênicos S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj MEG S.A.	Brasil	100,00	100,00
Comperj Poliolefinas S.A.	Brasil	100,00	100,00
Breitener Energética S.A. e suas controladas	Brasil	65,00	65,00
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Ibiritermo S.A.	Brasil	50,00	50,00
Innova S.A.	Brasil	100,00	
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A CDPU (vi)	Brasil	100,00	

⁽i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.

Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC

Brasil

100,00

⁽ii) Participação de 11,87% em 2011 (11,45% em 2010) da 5283 Participações Ltda.

⁽iii) Participação de 0.09% da Petrobras Gás S. A. - Gaspetro.

⁽iv) Participação de 0,05% da Downstream.

⁽v) Empresas incorporadas pela Petróleo Brasileiro S.A.

⁽vi) Participação de 20% do Comperj Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Sociedades de Propósitos Específicos - SPE	País	Atividade principal
Charter Development LLC – CDC (i)	E.U.A	Exploração e Produção
Companhia de Desenvolvimento e M odernização de Plantas Industriais - CDM PI	Brasil	Refino
Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN	Brasil	Logística
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS	Brasil	Logística
PDET Offshore S.A.	Brasil	Exploração e Produção
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

⁽i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moedas estrangeira.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

A Companhia passou a reconhecer em suas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os investimentos em empresas controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidados proporcionalmente, em conformidade com a alternativa prevista no IAS 31 e seu correspondente CPC 19 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 666/11.

Essa alteração foi aplicada retroativamente a 1º de janeiro de 2010, com a alteração dos saldos conforme a seguir:

a) Balanço patrimonial consolidado

		01.01.2010			31.12.2010	
	Divulgado ^(*)	Efeito da consolidação proporcional	S aldo inicial reapresentado 01.01.2010	Divulgado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Ativo circulante	74.374	(934)	73.440	106.685	(783)	105.902
Ativo realizável a longo prazo	34.923	(574)	34.349	38.470	(752)	37.718
Investimento	5.772	2.272	8.044	8.879	2.713	11.592
Imobilizado	227.079	(2.432)	224.647	282.838	(2.743)	280.095
Intangível	8.271	(1.482)	6.789	83.098	(1.559)	81.539
	350.419	(3.150)	347.269	519.970	(3.124)	516.846
Passivo circulante	55.161	(1.068)	54.093	56.834	(886)	55.948
Passivo não circulante	128.363	(1.653)	126.710	152.911	(1.841)	151.070
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	164.317		164.317	306.766	(1)	306.765
Participação de acionistas não	104.517		104.317	300.700	(1)	300.703
controladores	2.578	(429)	2.149	3.459	(396)	3.063
	350.419	(3.150)	347.269	519.970	(3.124)	516.846

^(*) Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b)	Demonstração	de resultados	consolidados
----	--------------	---------------	--------------

		Efeito da	
		consolidação	
	Divulgado	proporcional	Reapresentado
Receita de venda	213.274	(1.432)	211.842
Custo dos produtos e serviços vendidos	(136.052)	435	(135.617)
Lucro bruto	77.222	(997)	76.225
Despesas	(30.165)	334	(29.831)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos	47.057	(663)	46.394
Resultado financeiro líquido	2.563	57	2.620
Resultado de participação em investimento	208	377	585
Participação de empregados e administradores	(1.691)		(1.691)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	48.137	(229)	47.908
Imposto renda/contribuição social	(12.236)	209	(12.027)
Lucro líquido	35.901	(20)	35.881
Atribuível aos:			
Acionistas da Petrobras	35.189		35.189
Acionistas não controladores	712	(20)	692
	35.901	(20)	35.881

c) Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Caixa gerado pelas atividades operacionais	53.435	(564)	52.871
Caixa utilizado em atividades de investimentos	(105.567)	383	(105.184)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	53.858	(81)	53.777
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalente caixa	(437)	143	(294)
Variação líquida de caixa do exercício	1.289	(119)	1.170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.034	(788)	28.246
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.323	(907)	29.416

3.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

2011	2010
	-010
33.110	35.881
53) 203	(692)
552 (212)	(153)
33.101	35.036
5	203 552 (212)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

4.1. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas.

- A receita de vendas de petróleo bruto e seus derivados é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.
- A receita de venda de serviços de fretes e outros é reconhecida em função de sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

4.2. Ativos e passivos financeiros

4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.2.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias:

 Os títulos para negociação são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária e a variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.
- Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando incorridos.

4.2.3. Contas a receber

São contabilizadas inicialmente pelo valor da contraprestação a ser recebida e subsequentemente pelo custo amortizado, sendo deduzidas das perdas em crédito de liquidação duvidosa.

4.2.4. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

4.2.5. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo, determinado com base em cotações de fechamento de mercado, quando disponíveis.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.2.6. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no estatuto da Companhia e são reconhecidos como passivo.

4.3. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição e as importações em andamento demonstradas ao custo identificado.

4.4. Investimentos societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.5. Combinação de negócios e goodwill

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecido um ganho na demonstração de resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultem em perda de controle são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nas aquisições de participação em coligadas e controladas em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo, sendo que o *goodwill* é apresentado no investimento.

4.6. Imobilizado

Mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os custos incorridos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica sejam contabilizados como despesas no período em que são incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado quando são identificados como tal.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os gastos relevantes com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método de unidades produzidas dos respectivos ativos.

Depreciação

Os equipamentos e instalações relacionados à produção de petróleo e gás dos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Essas reservas são estimadas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela *Securities and Exchange Commission -SEC*, e revisadas anualmente, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção é utilizado o método linear.

Os terrenos não são depreciados. Os demais bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Classe de ativos	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	25 anos (25-40 anos)
Equipamentos e outros bens	20 anos (3-31 anos)

As paradas para manutenção ocorrem em intervalos programados em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

4.7. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) decorrente de aquisição de participação com controle. O ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto é apresentado no investimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os bônus de assinatura são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais, enquanto que os demais intangíveis são amortizados linearmente pela vida útil estimada, exceto o *goodwill* que não é amortizado.

A cessão onerosa de direitos de exploração também será amortizada pelo o método de unidades produzidas.

4.8. Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, em conformidade com a Lei 11.941/09.

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

4.10. Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Nos casos em que a Companhia é arrendadora, esses contratos são reconhecidos como recebíveis no ativo. Os demais contratos de arrendamentos são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.11. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras.

4.12. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.13. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e de seguridade social das controladas internacionais, com características de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

- Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem, e
- Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.15. Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2011, as seguintes normas, emitidas pelo IASB entraram em vigor, mas não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia:

- Versão revisada do IAS 24 "Divulgações de Partes Relacionadas" (Related Party Disclosures).
- IFRIC 19 "Extinguindo Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio" (Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments).
- Emenda do IFRIC 14 "Pré pagamentos de Requerimentos de Aportes Mínimos" (*Prepayments of a Minimum Funding Requirement*).
- Emenda do IAS 32 "Classificação de Emissão de Direitos" (*Classification of Rights Issues*).

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

Normas	Descrição	Vigência (*)
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros" (Disclosures: Transfers of Financial Assets).	1° de julho de 2011
Emenda ao IAS 12	"Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes" (Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets). Estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.	1º de janeiro de 2012
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1° de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1° de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1° de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). Elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1° de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures – Offesetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 9	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1° de janeiro de 2015

^(*) Normas vigentes a partir de exercícios iniciados em ou após essas datas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia está avaliando os impactos da emenda ao IAS 19 em suas demonstrações contábeis. Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significantes em suas demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
-	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	3.731	3.294	672	437
Aplicações financeiras				
- No País				
Fundos de investimentos DI	10.301	11.262	9.210	10.119
Outros fundos de investimentos	4.275	1.750	2.623	325
_	14.576	13.012	11.833	10.444
- No Exterior	17.440	13.110	6.353	9.114
Total das aplicações financeiras	32.016	26.122	18.186	19.558
Total de caixa e equivalentes de caixa	35.747	29.416	18.858	19.995

As aplicações financeiras no país são representadas por fundos de investimentos cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e aplicações em quotas do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) do Sistema Petrobras.

As aplicações no exterior são compostas de *time deposits* com prazos de até 3 meses e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, realizadas com instituições de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Contro	oladora	
	2011	2010	2011	2010	
Para negociação	16.785	25.651	16.785	25.588	
Disponíveis para venda	5.479	5.303	5.210	5.125	
M antidos até o vencimento	291	257	6.849	7.767	
	22.555	31.211	28.844	38.480	
Circulante	16.808	26.013	23.625	33.731	
Não circulante	5.747	5.198	5.219	4.749	

Os títulos disponíveis para venda incluem Notas do Tesouro Nacional - Série B no valor de R\$ 5.401 (R\$ 5.137 na Controladora) em 31 de dezembro de 2011, indexadas ao IPCA, com pagamento de cupons semestrais de 6 % a.a. e vencimentos em 2024 e 2035, e estão apresentadas no ativo não circulante. Parte dessas NTN-B foi dada em garantia à Petros em 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, conforme descrito na Nota 21.

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos governamentais com prazos de vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

Os títulos mantidos até o vencimento na Controladora incluem investimentos no FIDC-NP relativo a direitos creditórios não performados de suas atividades operacionais no valor de R\$ 6.840 em 31 de dezembro de 2011 e estão apresentados no ativo circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7 Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Clientes				
Terceiros	20.048	16.428	3.207	3.199
Partes relacionadas (Nota 18)				
Subsidiárias, controladas e coligadas	1.549	1.116	26.146	40.127
Recebíveis do setor elétrico	2.952	3.145	1.099	2.315
Contas petróleo e álcool - STN	832	822	832	822
Outras	5.565	4.671	3.029	2.733
	30.946	26.182	34.313	49.196
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.790)	(2.681)	(402)	(466)
	28.156	23.501	33.911	48.730
Circulante	22.053	18.069	21.068	17.701
Não circulante	6.103	5.432	12.843	31.029

7.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

	Consoli	Consolidado		adora
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	2.681	2.531	466	306
Adições (*)	586	356	238	169
Baixas/ Reversões (*)	(477)	(206)	(302)	(9)
Saldo final	2.790	2.681	402	466
Circulante	1.685	1.715	402	466
Não circulante	1.105	966		

^(*) Inclui variação cambial sobre perdas em créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.3. Contas a receber vencidos

	Consol	idado	Controladora		
	2011	2010	2011	2010	
Até 3 meses	1.411	817	800	500	
De 3 a 6 meses	215	162	82	56	
De 6 a 12 meses	264	211	64	41	
Acima de 12 meses	2.982	3.017	447	570	

8 Estoques

	Consolidado		Control	adora
_	2011	2010	2011	2010
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	9.166	6.254	7.550	4.957
Álcool (*)	782	477	289	123
_	9.948	6.731	7.839	5.080
M atérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	14.847	9.504	11.718	7.300
M ateriais e suprimentos para manutenção (*)	3.369	3.253	2.911	2.864
Outros	367	261	33	14
_	28.531	19.749	22.501	15.258
Circulante	28.447	19.675	22.434	15.199
Não circulante	84	74	67	59

^(*) Inclui importações em andamento.

9 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consoli	dado	Controladora		
Ativo não circulante	2011 2010		2011	2010	
Trabalhistas	1.131	928	1.087	888	
Fiscais (*)	1.264	1.192	963	912	
Cíveis (*)	455	596	416	558	
Outros	105	74	98	68	
	2.955	2.790	2.564	2.426	

^(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10 Aquisições e vendas de ativos

10.1. Combinação de negócios

Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A - CDPU

Em 23 de dezembro de 2011, a Petrobras adquiriu 80% da Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A - CDPU por R\$ 20. Com essa transação a Companhia passa a deter 100% da CDPU.

A CDPU é uma central de utilidades que concentra as unidades de geração de energia elétrica e vapor, tratamento de água e de efluentes industriais para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Gas Brasiliano Distribuidora S.A.

Em 29 de julho de 2011, a Petrobras Gás S.A.- Gaspetro adquiriu 100% das ações da Gas Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD por R\$ 425 (equivalentes a US\$ 271 milhões). A avaliação do valor justo dos ativos e passivos não foi concluída, portanto, preliminarmente foi reconhecido um ágio de R\$ 19.

A operação foi autorizada pela agência reguladora de São Paulo em abril de 2011 e o aditivo ao contrato de concessão da GBD foi assinado em julho de 2011, atendendo as condições previstas no contrato celebrado com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. - ENI em 2010.

A GBD possui a concessão do serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo e o contrato de concessão teve início em dezembro de 1999 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.2. Aquisição de participações em controladas em conjunto e coligadas

BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Em 1º de julho de 2011, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% de participação societária na BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. mediante pagamento de R\$ 133 da seguinte forma: R\$ 76 em moeda corrente e aporte de R\$ 57 referente a participação na BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel S.A.

<u>Avaliação dos ativos líquidos a valor justo - Nova Fronteira, Bioóleo, Braskem, Guarani e Total Canavieira</u>

Em 2010, a Companhia celebrou acordos de investimentos para ingresso no capital social das empresas Nova Fronteira Bioenergia S.A., Bioóleo Indústrial e Comercial Ltda., Braskem S.A., Guarani S.A e Total Agroindústria Canavieira S.A. Em 2011, as avaliações dos ativos líquidos adquiridos a valor justo foram concluídas, conforme a seguir:

Contraprestação transferida pela compra
Participação no valor justo dos ativos líquidos
adquridos
Ágio por expectativa de rentabilidade futura -
goodwill
Participação adquirida do capital total (%)

	Coligadas			Coligadas			Controladas em conjunto	
Total	Total Agroindútria Canavieira	Guarani	Braskem	Bioóleo	Nova Fronteira			
4.288	155	878	2.805	18	432			
(3.569)	(89)	(799)	(2.240)	(16)	(425)			
719	66	79	565	2	7			
	43,58%	31,44%	10,69%	50,00%	49,00%			

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado e intangível no montante de R\$ 358, que está classificada no grupo de investimentos, assim como o *goodwill* no montante de R\$ 719.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.3. Aquisição de participações de não controladores

Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Companhia exerceu opção de compra de SPE durante o exercício de 2011 que resultou num aumento de R\$ 910 no patrimônio líquido atribuível aos seus acionistas, como contribuição adicional de capital, conforme a seguir:

Data da opção	Razão social da SPE	% das ações	Contribuição adicional de capital
12/01/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB	100%	112
11/11/2011	Transportadora Gasene S.A Gasene	100%	789
09/12/2011	Companhia de Recuperação Secundária - CRSec	100%	9
			910

A partir dessa opção de compra, a Gasene Participações Ltda., antiga controladora da Transportadora Gasene, deixou de ser consolidada na Petrobras.

Innova S.A.

Em 31 de março de 2011, a Petrobras passou a deter diretamente 100% do capital social da Innova, empresa petroquímica localizada no Polo de Triunfo (RS), que era indiretamente controlada pela Petrobras Argentina (Pesa). O valor da operação foi de US\$ 332 milhões (equivalentes a R\$ 551), sendo US\$ 228 milhões pagos em abril de 2011 e US\$ 104 milhões com vencimento em 30 de outubro de 2013, corrigidos pela LIBOR (12 meses) a partir da data da assinatura do documento de compra e venda de ações (SPA). Essa transação resultou numa redução de R\$ 90 no patrimônio atribuível aos acionistas da Petrobras, como resultado da redução da participação de não controladores neste empreendimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.4. Venda de ativos e outras informações

Cia Energética Suape II

A Petrobras possui 20% de participação na Energética Suape II S.A, cujo objetivo é a construção de usina termoelétrica no município de Cabo de Santo Agostinho - PE, com potência de 380 MW. O restante da participação (80%) pertence a Nova Cibe Energia S.A.

Em 31 de maio de 2011, a Petrobras efetuou o depósito de R\$ 48,4 referente às ações não subscritas pela Nova Cibe, cujo exercício da opção de compra ocorreu em 5 de maio de 2011, conforme previsto no Acordo de Acionistas de Suape II.

A Petrobras mantém o depósito como direito sobre aquisição de participação acionária, no grupo investimentos, até resolução da divergência em sede de arbitragem.

Albacora Japão Petróleo Ltda.

Em 6 de maio de 2011, a Petrobras exerceu a opção de compra dos ativos de produção de petróleo da SPE Albacora Japão Petróleo Ltda. pelo valor de R\$ 10 mil. A partir desta opção de compra, a SPE deixou de ser consolidada na Petrobras, em função do cumprimento das obrigações contratuais relacionadas.

Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina

Em 02 de maio de 2011, a Companhia vendeu ativos de refino e distribuição na Argentina à Oil Combustibles S.A. por US\$ 102 milhões, conforme acordo assinado em 2010. A operação, que está sujeita a aprovação do órgão regulador argentino, compreendeu uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma planta fluvial, rede de comercialização de combustíveis vinculada à refinaria (aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados), bem como os estoques de petróleo e derivados.

Logum Logística S.A.

Em 01 de março de 2011, a razão social da PMCC Soluções Logística de Etanol S.A. foi alterada para Logum Logística S.A., conforme acordo de acionistas, cuja composição acionária é a seguinte: Petrobras - 20%; Copersucar S.A.- 20%; Raízen Energia S.A. - 20%; Odebrecht Transport Participações S.A.- 20%; Camargo Correa Óleo e Gás S.A.- 10%; e Uniduto Logística S.A.- 10%.

A Logum será responsável pela construção de um sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol, desenvolvimento e operação do sistema que envolverá poliduto, hidrovias, rodovias e cabotagem.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Incorporação de Subsidiárias

No exercício de 2011, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Petrobras aprovaram a incorporação de subsidiárias ao seu patrimônio, sem aumento de capital, conforme a seguir:

Data da AGE	Razão social
31/01/2011	Comperj Petroquímicos Básicos S.A. e Comperj PET S.A.
04/04/2011	Companhia Mexilhão do Brasil - CMB
19/12/2011	Termorio S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. e Fafen Energia S.A.

Essas incorporações visam simplificar a estrutura societária e minimizar custos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11 **Investimentos**

11.1. Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

		Milhares de ações/quotas				
	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2011	Ações Ordinárias / quotas	Ações preferenciais	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
Subsidiárias e Controladas						
Petrobras Netherlands B.V PNBV Petrobras Gás S.A Gaspetro	7.223 6.615	26.057 3.103	775	14.376 10.573	3.666 823	
Petrobras Distribuidora S.A BR	5.153	42.853.453	113	10.095	1.267	
Petrobras Química S.A Petroquisa	3.788	13.508.637	12.978.886	4.515	(501)	
Petrobras Transporte S.A Transpetro	2.464	2.464.466		3.241	629	
Refinaria Abreu e Lima S.A.	2.889	2.889.240		2.998	(738)	
Petrobras Biocombustível S.A.	1.902	190.239		1.477	(208)	
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A CLEP	827	180.000		1.473	(3)	
Petrobras International Finance Company - PifCo Downstream Participações Ltda.	531 1.227	300.050 1.226.500 (*)		(1.364) 1.146	(633) (482)	
Termomacaé Ltda.	634	634.015 (*)		743	177	
Comperi Poliolefinas S.A.	651	65.108		651		
Petrobras International Braspetro - PIB BV	6	2.837		461	1.255	
INNOVA S.A.	307	57.600	5.747	374	39	
Termoceará Ltda.	275	275.226 (*)		319	41	
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda PBEN Baixada Santista Energia Ltda.	217 297	216.852 (*) 297.136 (*)		270 241	45 (22)	
Braspetro Oil Services Company - Brasoil	351	106.210		216	(18)	
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	78	77.599 (*)		115	70	
Sociedade Fluminense de Energia Ltda SFE	56	55.556 (*)		104	108	
Comperj Estirênicos S.A.	87	8.739		87		
Comperj MEG S.A.	77	7.696		77		
5283 Participações Ltda. Breitener Energética S.A.	1.423 160	1.422.603 (*) 160.000		55 46	143 (77)	
Cordoba Financial Services GmbH	5	1 (**)		46	(11)	
Termobahia S.A.	312	52		41	7	
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A E-Petro	21	21.000		28	2	
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A CDPU	25	25.001		25		
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	1	117.127 (*)		11	8	
Companhia de Recuperação Secundária S.A CRSEC Comperi Participações S.A.	18	43.456 1.771		9	(9)	
Braspetro Oil Company - BOC	18	1.771		8	106	
Cay man Cabiunas Investment Co.		100 (**)			100	
Controladas em conjunto						
UTE Norte Fluminense S.A.	481	481.432		1.008	549	
Termoaçu S.A. Logum Logística S.A.	700 300	699.737 430.556		726 264	15 (26)	
Brasil PCH S.A.	109	94.188	14.844	164	50	
Cia Energética M anauara S.A.	45	45,000	1	143	27	
Ibiritermo S.A.	8	7.652		95	35	
Brasympe Energia S.A.	26	260.000		78	8	
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A PCBIOS	63	62.850	40.420	62	(3)	
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	15 40	5.158 39.918	10.138	52 42	17 3	
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	39	38.911		41	4	
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	35	35.353		38	4	
Brentech Energia S.A.	39	25.901		35		
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. GNL do Nordeste Ltda.	34 1	35.433 7.507 (*)		34	2	
Coligadas	0.010	451.660	240.005	0.000 0	(227) (*****	
Braskem PDV Investimentos Petroquímicos	8.043 2.432	451.669 269.193	349.997	9.928 (* 5.120		
BRK - Investimentos Petroquímicos UEG Araucária Ltda.	2.432 707	269.193 707.440 (*)		5.120 638	(281) (6)	
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	259	261.573 (*)		256	(3)	
Sete Brasil Participações S.A.	270	16.500		212	(59)	
Termoelétrica Potiguar S.A TEP	37	6.159		92	4	
Energética SUAPE II	140	139.977		56	(27)	
Energética Camaçari Muriçy I Ltda.	67	67.260		22	(15)	
Companhia Energética Potiguar S.A. Arembepe Energia S.A.	8 90	90.218		21 11	11 (34)	
Bioenergética Britarumã S.A.	90	110		11	(34)	

^(*) Quotas (**) Quantidade de ações em unidades (***) Dados relativos a 30.09.2011- Últimos disponibilizados no mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Investimentos (Consolidado)

	2011	2010
Coligadas e Controladas em conjunto		
BRK Investimentos Petroquimicos S.A.	3.098	3.271
Outros Investimentos Petroquímicos	3.128	3.224
Distribuidoras de Gás	1.056	960
Guarani S.A.	847	680
Termoaçu S.A.	538	524
Petroritupano - Orielo	458	413
Nova Fronteira Bionergia S.A.	434	243
Petrowayu - La Concepción	330	327
Distrilec S.A.	216	228
Petrokariña - M ata	195	212
UEG Araucária	128	128
Transierra S.A.	122	101
Demais empresas coligadas e controladas em conjunto	1.468	1.098
	12.018	11.409
Outros Investimentos	230	183
	12.248	11.592

11.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Cotação em bolsa
de valores

	Lote de mil ações			(R\$ por ação)		Valor de mercado	
Empresa	2011	2010	Tipo	2011	2010	2011	2010
Controladas							
Petrobras Argentina	678.396	678.396	ON	2,70	4,46	1.832	3.026
					•	1.832	3.026
Coligadas							
Braskem	212.427	212.427	ON	11,78	17,80	2.502	3.781
Braskem	75.793	75.793	PNA	12,80	20,37	970	1.544
Quattor Petroquímica (*)		46.049	PN		6,99		322
					•	3.472	5.647

^(*) Em 03 de fevereiro de 2011, ocorreu o cancelamento do registro na CVM de companhia aberta em função da incorporação das ações pela Braskem.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.4. Mutação dos investimentos

Aquisição e aporte de capital Contribuição de capital Raixa port acapital Equivalencia patrimonial Adresonal de Capital Incorporação / Partimonial Adresonal de Capital Incorporação / Partimonial Adresonal de Capital Redução de capital Adresonal de Capital Redução de capital Adresonal de Capital <th>· Mutação dos mivestimemos</th> <th></th> <th></th> <th></th> <th></th> <th>Resu</th> <th>Resultado</th> <th></th> <th></th>	· Mutação dos mivestimemos					Resu	Resultado		
state \$5.59 1.726 705 3.524 1.617 4 4.279 1.01 to burkbuikdoru \$3.97 91.5 705 705 82.4 1.617 4 4.279 9 to burkbuikdoru \$3.97 91.5 70.2 6.23 9.6 4 4.279 9 to tere \$3.98 1.721 7.2 7.2 7.2 8 4.279 9		Saldo em 31.12.2010	Aquisição e aporte de capital	Contribuição Adicional de Capital	Baixa por incorporação / Redução de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2011
Sepon 5.859 1.265 7.05 3.524 1.617 1.618	Subsidiárias e controladas								
control 9.156 1.756 705 RS4 6.23 1.03	PNBV	8.599				3.524	1.617		13.740
9.116 1.267 9.116 1.267 4 (427) 9 six six 2.668 39.5 1.721 1.721 1.721 1.721 1.732 1.732 1.732 1.732 1.732 1.732 1.732 1.732	Gaspetro	7.555	1.726	705		824		(236)	10.574
sist Sist 915 (512) (512) 61 96 4 sist 2015 392 (739) (739) 12 450 45 96 4 in Abrene clima 2015 1,721 (721) (739) (739) 3 4	Petrobras Distribuidora	9.116				1.267	4	(427)	096'6
crotten 2568 392 cccccccccccccccccccccccccccccccccccc	Petroquisa	3.997	915			(512)	20	96	4.516
2.015 1,721 (739) (739) 2 reach 1,443 So6 (191) (33) 3 2 1.143 So6 342 (499) (32) (188) 1 Ex Poincientas 349 342 (165) 3 (48) (48) 1 Ex Poincientas 278 342 (165) 3 (48) (48) 1 Ex Poincientas 278 3 (48) (48) (48) (48) (48) Asantista 278 1 4	Transpetro	2.568	392			624	18	(456)	3.146
1,194 506 1,194	Refinaria Abreu e Lima	2.015	1.721			(739)			2.997
L154 506 (191) (32) (193) (32) 1 L163 349 342 (168) (168) (168) (168) (168) ERJ Poliofefinas 349 342 (165) (163) (168)	CLEP	1.473				(3)	3		1.473
Ho23 Ho23 (499) (177 (168) 1 mace Ldda nace Ldda 177 (168) 1 mace Ldda 134 342 (168) 530 (150) (168) 1 FER Poliodefinas 278 36 (165) 36 (145) (145) 1 scard 370 14 44 44 44 (145) 1 card 279 14 45 45 (145) 1 (145) 1 ERJ Berications 270 271 272 272 272 (145) 1 ERJ PET 132 132 132 145 145 145 ERJ PET 132 120 (140) 16 145 145 Controlates 243 243 245 146 147 148 148 148 148 148 148 148 148 148 148 148 148 148	PBIO	1.194	206			(161)	(32)		1.477
FEAL Poliotefinas 734 177 (168) FEAL Poliotefinas 340 342 (165) (150) (150) FEAL Poliotefinas 551 (165) 370 (150) (150) (150) Acatista 230 14 41 44 (48) (145) (145) EAJ Sentista 240 14 45 (48) (145) (145) EAJ MEG 231 11 (2.256) 300 (145) (145) EAJ MEG 231 231 (150) 30 (145) (145) EAJ MEG 231 232 (140) 30 (145) (145) EAJ PET MEG 243 243 (140)<	Downstream	1.623				(499)			1.124
ERJ Poliolefinas 349 342 551 (150) AA 278 (155) 39 (48) A ceará 278 14 41 41 41 A Santista 279 14 42 (145) (145) ERJ Estivinicos 187 11 (122) (145) (145) ERJ BET Siránicos 2.371 1 (150) (145) (145) ERJ BET Siránicos 2.371 2.371 2.371 (145) (145) (145) ERJ PET Petroquímicos 2.371 2.371 2.372 2.372 300 (145) (145) ERJ PET Petroquímicos 2.435 2.435 2.425 36 (145) (145) Aladas em Conjunto 2.436 47 47 48 (185) 41 Aladas em Conjunto 49.715 6.374 66 6.343 6.5943 6.5943 6.5962 6.236 6.3662 6.5962 6.5962 6.5962 6.5962 6.5962 <td>Termomacaé Ltda</td> <td>734</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>177</td> <td></td> <td>(168)</td> <td>743</td>	Termomacaé Ltda	734				177		(168)	743
S51 C165 S50 C150 Santista S70 S70 S70 S70 A Santista S24 C122 C122 BA BATISTA S70 S70 S70 S70 BA BATISTA S70 S70 S70 S70 BA BATISTA S70 S70 S70 S70 C172 C172 C172 S70 S70 C173 C174 S70 S70 S70 C174 C175 S70 S70 S70 C175 C175 S70 S70 S70 C175 C175 S70 S70 C175 C175 S70 S70 S70 C175 S70 S70 S70 S70 C175 C175 S70 S70 C175 C175 S70 S70 S70 C175 C175 S70 S70 C175 S70 S70 C175 S70 S70	COMPERJ Poliolefinas	309	342						651
AA 551 (165) 39 (48) ceartif 370 41 45 (145) Samitista 249 14 45 (145) ERJ Estrictions ERJ Estrictions 11 (125) (192) ERJ Est MEG 2.371 1 (150) (145) ERJ PET 2.371 2.371 (145) (145) ERJ PET (150) 300 (145) (145) ERJ PET (150) 36 (145) (145) In de Fora 2.343 1 (140)<	PIBBV					550	(150)		400
ceartif 278 41 45 (145) a Santista 230 14 45 (145) (145) a Santista 230 14 45 (192) (192) ERJ Estricchicos 76 11 (192) (192) (192) ERJ Estricchicos 77 11 (2.526) 300 (145) (145) ERJ PET 2.72 2.73 2.73 (145) 36 (145) (145) ERJ PET 2.73 2.74	INNOVA		551	(165)		39	(48)		377
As mutista 45 (145) ERJ Estirénicos 14 45 (145) ERJ Estirénicos 77 (192) (192) ERJ MEG 77 (192) (192) TO 2,371 (137) (2,256) 300 (145) ERJ MEG 2,371 (150) 36 (145) IEAD Perroquímicos 1,22 (150) 36 (185) A LA Perroquímicos 2,425 (140) (140) 34 (185) Controladas 2,245 (140) (140) (140) (140) (140) (140) (140) (140) (140) (156) <t< td=""><td>Termoceará</td><td>278</td><td></td><td></td><td></td><td>41</td><td></td><td></td><td>319</td></t<>	Termoceará	278				41			319
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	PBEN	370				45		(145)	270
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	Baixada Santista	249	14			(22)			241
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	SFE	187				108		(192)	103
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	COMPERJ Estirênicos	92	11						87
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	COMPERJ MEG	77							77
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	Termorio	2.371			(2.526)	300		(145)	
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	COMPERJ PET	272			(272)				
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	UTE Juiz de Fora	132			(150)	36		(18)	
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	FAFEN	343			(429)	87			
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	COMPERJ Petroquímicos	2.425			(2.426)	1			
as em Conjunto as $\frac{880}{2.581}$ $\frac{112}{49.715}$ $\frac{(4)}{6.374}$ $\frac{(4)}{6.56}$ $\frac{(4)}{6.56}$ $\frac{(19)}{6.56}$ $\frac{(840)}{6.25}$ $\frac{(36)}{(1.966)}$ $\frac{(4)}{6.2}$	Outras Controladas	291	37	120	(140)	196	34	(185)	353
	Controladas em Conjunto	880	112	(4)		118	(3)	(54)	1.051
6.374 656 (5.943) 5.862 625 (1.966)	Coligadas	2.581	47			(109)	(840)	(36)	1.643
		49.715	6.374	929	(5.943)	5.862	625	(1.966)	55.323

	2011	0107
Subsidiárias, controladas em conjunto e coligadas	55.323	49.715
Ágio	3.056	2.242
Lucros não realizados da Controladora	(1.340)	(1.150)
Outros investimentos	200	148
Total dos investimentos	57.239	50.955

2010

2011

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.5. Informações contábeis resumidas de controladas em conjunto e coligadas

A Companhia investe em controladas em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoelétricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

_	2011						
_	Controladas e	m conjunto	Coliga	das			
_	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo circulante	4.520	1.235	12.181	3.358			
Ativo realizável a longo prazo	1.497	382	3.967	752			
Imobilizado	7.653	2.345	23.017	2.243			
Outros ativos não circulantes	131	832	4.390				
	13.801	4.794	43.555	6.353			
Passivo circulante	3.107	2.073	10.253	3.187			
Passivo não circulante	3.747	1.485	20.546	373			
Patrimônio líquido	6.927	1.049	12.539	2.793			
Participação dos acionistas não							
controladores	20	187	217				
=	13.801	4.794	43.555	6.353			
Receita operacional líquida	9.243	3.276	36.033	1.765			
Lucro líquido do exercício	1.418	231	(396)	433			
Percentual de participação - %	10% a 83%	33% a 51%	10% a 44%	22% a 36%			

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

12 Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

			Consolidado			Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	7.260	69.241	116.423	31.262	224.186	149.447
Adições	220	2.827	57.546	3.157	63.750	49.506
Juros capitalizados			5.508		5.508	4.223
Combinação de negócios	87	100	25		212	
Baixas	(137)	(91)	(1.522)	(1.090)	(2.840)	(1.493)
Transferências	1.886	34.207	(39.000)	7.899	4.992	(1.863)
Depreciação, amortização e depleção	(591)	(7.677)		(5.730)	(13.998)	(10.149)
"Impairment" - constituição		(181)		(265)	(446)	(434)
"Impairment" - reversão		131		408	539	538
Ajuste acumulado de conversão	31	(1.383)	(402)	(54)	(1.808)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.756	97.174	138.578	35.587	280.095	189.775
Custo	12.412	160.543	138.578	77.555	389.088	271.824
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(3.656)	(63.369)		(41.968)	(108.993)	(82.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.756	97.174	138.578	35.587	280.095	189.775
Adições	169	2.730	53.690	3.139	59.728	42.222
Juros capitalizados			7.325		7.325	5.788
Combinação de negócios			24		24	
Baixas	(41)	(421)	(2.221)	(568)	(3.251)	(2.258)
Transferências	4.205	31.283	(40.294)	14.812	10.006	4.531
Depreciação, amortização e depleção	(799)	(9.769)		(6.566)	(17.134)	(12.344)
"Impairment" - constituição		(91)	(276)	(391)	(758)	(473)
"Impairment" - reversão	3	27		66	96	61
Ajuste acumulado de conversão	66	3.548	1.733	789	6.136	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.359	124.481	158.559	46.868	342.267	227.302
Custo	16.865	195.977	158.559	97.671	469.072	321.469
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(4.506)	(71.496)		(50.803)	(126.805)	(94.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.359	124.481	158.559	46.868	342.267	227.302
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	25 (25 a 40)	20 (3 a 31)		Método da unidade		

^(*) Inclui ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás.

(exceto terrenos)

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 178 e de R\$ 10.921, respectivamente (R\$ 789 e R\$ 17.506 em 31 de dezembro de 2010).

produzida

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens

Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2011
até 5 anos	8.088	(4.728)	3.360
6 - 10 anos	33.005	(16.150)	16.855
11 - 15 anos	3.347	(1.582)	1.765
16 - 20 anos	39.665	(15.942)	23.723
21 - 25 anos	44.826	(11.040)	33.786
25 - 30 anos	41.072	(5.786)	35.286
30 anos em diante	5.086	(3.337)	1.749
M étodo da Unidade Produzida	36.152	(17.437)	18.715
- -	211.241	(76.002)	135.239
Edificações e benfeitorias	15.264	(4.506)	10.758
Equipamentos e outros bens	195.977	(71.496)	124.481

12.3. Depreciação

	Consolidado		Controla	idora
•	2011	2010	2011	2010
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	9.165	7.130	5.890	4.752
De gastos de exploração e produção	6.126	5.344	5.112	4.326
Custo para abandono de poços capitalizado/ provisionado	440	386	396	327
•	15.731	12.860	11.398	9.405
Parcela registrada diretamente no resultado	1.403	1.138	946	744
	17.134	13.998	12.344	10.149

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.4. Redução ao valor recuperável de ativo

Exploração e Produção

A avaliação de recuperabilidade dos ativos resultou em uma perda de R\$ 473 que está relacionada, principalmente, aos ativos em produção no Brasil. Os campos de Petróleo e Gás Natural que apresentaram perdas encontram-se no estágio de maturidade de sua vida útil e, considerando os níveis de suas produções futuras e as suas estruturas de custos, indicaram a necessidade de redução ao seu valor recuperável.

Esta avaliação também apontou que a perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para alguns Campos de Petróleo e Gás Natural, diminuiu ou deixou de existir, considerando, principalmente, o gerenciamento de reservatório que resultou em incremento da recuperação dos reservatórios, o que resultou em uma reversão no montante de R\$ 61.

Abastecimento

Face à redução das margens dos produtos no Complexo PetroquímicaSuape em seus mercados de atuação, bem como ao aumento no investimento total dos projetos, o valor contábil do imobilizado foi determinado como maior que o seu valor recuperável e um ajuste para redução ao valor recuperável de R\$ 109 em Petroquímica Suape e R\$ 167 em Citepe foi reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13 Intangível

13.1. Por tipo de ativos

			Consolidado			Controladora
		Sof	twares			
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos Internamente	Ágio com expectativa de rentabilidad e futura	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4.237	368	1.355	829	6.789	3.216
Adição	310	88	321		719	455
Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa	74.808				74.808	74.808
Aquisição por combinação de negócios						
Juros capitalizados			26		26	25
Baixa	(318)	(3)	(2)		(323)	(42)
Transferências	234	(11)	32	84	339	14
Amortização	(123)	(119)	(371)		(613)	(434)
"Impairment" - constituição	(56)				(56)	
Ajuste acumulado de conversão	(140)	(3)		(7)	(150)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	78.952	320	1.361	906	81.539	78.042
Adição	829	110	336	19	1.294	411
Aquisição por combinação de negócios				4	4	
Juros capitalizados			36		36	36
Baixa	(286)	(5)	(12)		(303)	(172)
Transferências	22	19	(36)	(4)	1	(1)
Amortização	(138)	(113)	(341)		(592)	(430)
"Impairment" - constituição	(2)				(2)	
Ajuste acumulado de conversão	277	6		24	307	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	79.654	337	1.344	949	82.284	77.886
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida		

13.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo intangível da Companhia inclui contrato de cessão onerosa no valor de R\$ 74.808, celebrado em 2010 com a União Federal - cedente e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP - reguladora e fiscalizadora, referente ao direito de exercer atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados em blocos na área do Pré-Sal (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Sul de Guará e Sul de Tupi), limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo em até 40 anos.

Em 8 de fevereiro de 2012, a Companhia concluiu a perfuração do primeiro poço da cessão onerosa, cujos resultados comprovaram a extensão dos reservatórios de óleo localizados a noroeste do poço descobridor da área de Franco. Em seguida a Petrobras realizará um teste de formação para avaliar a produtividade e dará continuidade ás atividades e investimentos previstos no contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O contrato de concessão dos direitos estabelece que na época da declaração de comercialidade das reservas haverá revisão de volumes e preços, baseada em laudos técnicos independentes.

Caso a revisão venha determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a Companhia poderá pagar a diferença à União Federal, reconhecendo essa diferença como um ativo intangível ou reduzir o volume total adquirido nos termos do contrato. Se a revisão determinar que os direitos adquiridos resultem em um valor menor do que o inicialmente pago pela Companhia, a União Federal irá reembolsar a diferença, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias.

Quando os efeitos da referida revisão se tornarem prováveis e mensuráveis, a Companhia efetuará os respectivos ajustes aos preços de aquisição.

O contrato prevê ainda compromissos mínimos quanto à aquisição de bens e serviços de fornecedores brasileiros nas fases de exploração e desenvolvimento da produção que serão objeto de comprovação junto à ANP. No caso de descumprimento, a ANP poderá aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas no contrato.

13.3. Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

No exercício de 2011, os direitos sobre os blocos exploratórios devolvidos para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP totalizaram R\$ 158 (R\$ 40 em 2010) e são os seguintes:

• Blocos - Concessão exclusiva da Petrobras:

- Bacia do Rio do Peixe: RIOP- T-41.

- Bacia de Santos: S-M-613, S-M-1356, S-M-1480.

- Bacia de Pelotas Mar: P-M-1267, P-M-1349.

Bacia do Potiguar: POT-T-706

• Blocos em parceria (devolvidos pela Petrobras ou pelos seus operadores):

- Bacia de Santos: S-M-1227. S-M-792, S-M-791, S-M-1162, S-M-320, S-M-1163, S-M-731.
- Bacia do Espírito Santo Terra: ES-T-401.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.4. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

No exercício de 2011, a Petrobras devolveu à ANP o Campo de Mutum, localizado na Bacia de Sergipe/Alagoas.

13.5. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo intangível inclui contratos de concessão de distribuição de gás natural canalizado no Brasil no total de R\$ 456, com prazos de vencimentos entre 2029 e 2043, podendo ser prorrogado. As concessões prevêem a distribuição para os setores industrial, residencial, comercial, veicular, climatização, transportes e outros.

A remuneração pela prestação de serviços consiste, basicamente, na combinação de custos e despesas operacionais e remuneração do capital investido. As tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído estão sujeitas a reajustes e revisões periódicas com o órgão regulador estadual.

Ao final das concessões, os contratos prevêem indenização à Companhia dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas com o objetivo de determinar o valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

14 Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas. Os montantes envolvidos nessas atividades são os seguintes:

	Consolidado		Control	adora
	2011	2010	2011	2010
Saldos capitalizados no ativo				
Intangível	78.167	78.400	75.990	76.221
Imobilizado	19.623	15.729	11.145	9.309
Total do ativo	97.790	94.129	87.135	85.530
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	1.723	1.421	1.400	1.113
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	2.504	2.081	2.243	1.495
Outras despesas exploratórias	170	302		
Total das despesas no exercício	4.397	3.804	3.643	2.608
Caixa utilizado nas atividades				
Operacionais	1.856	1.395	1.400	1.113
Investimentos	10.736	15.600	8.942	14.297
Total do caixa utilizado no exercício	12.592	16.995	10.342	15.410

15 Fornecedores

	Consoli	Consolidado		adora
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante				
Terceiros				
País	12.259	10.200	9.252	7.418
Exterior	9.159	6.511	3.016	2.150
Partes relacionadas (Nota 18.1)	834	663	10.333	14.179
	22.252	17.374	22.601	23.747

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16 Financiamentos

		Consolidado	dado			Controladora	adora	
	Circulante	ınte	Não Circulante	ılante	Circulante	ante	Não Circulante	ulante
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
to exterior Instituicões financeiras	13.641	10.623	37.590	29.368	344	201	13.163	11.973
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes" e "Bonds"	803	1.045	39.441	19.252		747	2.182	
Trust Certificates - "Senior/Junior"		117	5	318				
Outros	12	2	190	167				
	14.456	11.787	77.226	49.105	344	948	15.345	11.973
io País								
Notas de Crédito à Exportação	135	110	12.982	10.489	135	110	12.982	10.495
BNDES	1.719	2.048	37.385	32.282	303	182	10.224	8.254
Debêntures	1.853	315	993	2.377	1.700	141	167	1.715
FINAME	62	71	731	387	62	71	731	387
Cédula de Crédito Bancário	51	53	3.606	3.606	52	54	3.606	3.606
Cessões de direitos creditórios não performados – FIDC-NP (Nota 18.2)					6:636	15.933		
Outros	591	531	3.482	2.421				
	4.428	3.128	59.179	51.562	11.908	16.491	27.710	24.457
	18.884	14.915	136.405	100.667	12.252	17.439	43.055	36.430
Juros sobre financiamentos	1.648	1.448			514	592		
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (principal)	6.921	4.782			2.099	914		
Financiamentos de curto prazo	10.315	8.685		,	6:93	15.933		
	18.884	14.915			12.252	17.439		
				• •				

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.1. Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	20)11
	Consolidado	Controladora
2013	4.477	2.716
2014	8.324	1.851
2015	10.041	2.843
2016	24.887	12.878
2017 em diante	88.676	22.767
Total	136.405	43.055

16.2. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consoli	dado	Control	adora
	2011	2010	2011	2010
No exterior				
Até 6%	59.202	36.705	14.709	11.912
De 6 a 8%	15.729	10.817	636	61
De 8 a 10%	2.211	1.366		
De 10 a 12%	63	55		
Acima de 12%	21	162		
	77.226	49.105	15.345	11.973
No País				
Até 6%	5.383	3.907	465	387
De 6 a 8%	32.311	29.999	9.559	8.254
De 8 a 10%	3.621	986	1.098	234
De 10 a 12%	17.672	16.670	16.588	15.582
Acima de 12%	192			
	59.179	51.562	27.710	24.457
	136.405	100.667	43.055	36.430

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.3. Saldos por moedas no passivo não circulante

	Consoli	idado	Controladora			
	2011	2010	2011	2010		
Dólar norte-americano	68.012	46.440	14.451	11.852		
Iene	2.897	2.734	72	122		
Euro	4.681	214				
Real (*)	58.824	51.183	28.532	24.456		
Outras	1.991	96				
- -	136.405	100.667	43.055	36.430		

^(*) Em 31 de dezembro de 2011, inclui R\$ 25.942 de financiamentos em moeda nacional parametrizado à variação do dólar; e também um financiamento no exterior em reais parametrizado à variação do IGPM.

As operações de *hedge*, contratadas para cobertura de *Notes* emitidos no exterior em moedas estrangeiras, e o valor justo dos empréstimos de longo prazo estão divulgados nas Notas 31 e 32 respectivamente.

16.4. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento foi de 4,6% a.a. em 2011 (4,0% a.a em 2010).

16.5. Captações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, ao desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, à construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As principais captações de longo prazo realizadas em 2011 são as seguintes:

a) No exterior

Empresa	Data	Valor (R\$ milhões equivalentes)	Vencimento	Descrição
PifCo	jan/11	10.029	2016,2021 e 2041	Global notes nos montantes de US\$ 2,500 milhões, US\$ 2,500 e US\$ 1,000 milhões com cupom de 3,875% a.a., 5,375% a.a., e 6,75% a.a. respectivamente.
Charter	jan/11	1.264	2018	Empréstimo com Standard Shatered no montante de US\$ 750 milhões - Libor mais 1,5% a.a.
PNBV	mar/11	1.079	2015 e 2021	Empréstimo com Bank Of Tokyo-Mitsubishi no montante de US\$ 150 milhões - Libor mais 1,25% a.a.; e com Banco Santander S.A., HSBC Bank PLC, HSBC Bank USA, N.A. e SACE S.P.A. no montante de US\$ 500 milhões - Libor mais 1,10% a.a.
PNBV	jun/11	3.175	2018	Empréstimos com Banco Santander S.A. e Grand Cayman Branch de US\$ 1,500 milhões - Libor mais 1,476% a.a.; e com o Bank of Tokyo-Mitsubishi de US\$ 500 milhões - Libor mais 1,30% a.a.
PNBV	ago/11	1.027	2016 e 2023	Empréstimos com Banco JP Morgan Chase Bank,N.A, Export-Import Bank of the United States no montante de US\$ 300 milhões - Libor mais 0,45% a.a.; e com Banco Citibank International PLC no montante de US\$ 343 milhões - Libor mais 0,85% a.a.
PNBV	dez/11	459	2018	Empréstimo com o Banco Export Development Canadá de US\$ 250 milhões - Libor mais $1,40\%$ a.a.
PifCo	dez/11	4.485	2018 e 2022	Global notes nos montantes de \in 1.250 milhões e \in 600 milhões om cupom de 4,875% a.a., e 5,875% a.a. respectivamente.
PifCo	dez/11	1.990 23.508	2026	Global notes no montante de £ 700 milhões com cupom de 6,25% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) No país

Empresa	Data	Valor	Vencimento	Descrição
Petroquímicas Citepe e Suape	maio/11 a dez/11	1.056	2022 e 2023	Financiamentos com o BNDES para implantação de unidade industrial - TJLP mais $1,36\%$ a.a e $2,96\%$ a.a.
Petrobras	jul/11	1.023	2022	Financiamento com o BNDES destinado a construção da plataforma de Mexilhão - TJLP mais 2,76% a.a.
Fundo de Invest. Imobiliário - FII FCM	out/11	444	2023	Emissão de cédulas de crédito imobiliários para construção de novas bases e ampliação da fábrica de lubrificantes da BR Distribuidora – IPCA mais 2,1% a.a.
Petrobras	nov/11	2.500	2018	Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, através da emissão de Notas de Crédito à Exportação, com taxa de 111,29% da média do CDI.
Refap	mar/11 a dez/11	487	2018 e 2022	Financiamentos com o BNDES de R\$ 285 - TJLP mais $1,36\%$ a.a., e $2,26\%$ a.a., e subscrição de debêntures de R\$ 202 - $1,96\%$ a.a. acima da cesta de moedas do BNDES.
		5.510		

16.6. Financiamentos com agências oficiais - linhas de crédito

a) No exterior

		Valor e	m US\$ milhões		
Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Petrobras	China Development Bank	10.000	7.000	3.000	Libor mais 2,8%a.a.
PNBV	Citibank International PLC	686	343	343	Libor mais 0,85%a.a.

b) No país

Empresa	Agência	Contratado	Utilizado	Saldo	Descrição
Transpetro (*)	BNDES	9.005	568	8.437	Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) – TJLP mais 2,5% a.a. para equipamentos nacionais e 3% a.a. para equipamentos importados.
Refap	BNDES	1.109	285	824	TJLP mais 1,36% a.a e 2,26% a.a.
Petrobras	Caixa Econômica Federal	300		300	Cédula de Crédito Bancário – 110% da Média do CDI.
Petroquímicas Citepe e Suape	BNDES	1.166	1.056	110	Implantação de unidade industrial – TJLP mais 1,36% a.a e 2,96% a.a.

^(*) Foram assinados contratos de compra e venda de 41 navios e 20 comboios com 6 estaleiros nacionais no montante de R\$ 10.005, sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.7. Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Os empréstimos obtidos por Sociedades de Propósitos Específicos - SPE estão garantidos pelos próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

17 Arrendamentos mercantis

17.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

		2011	
	Consol	idado	Controladora
	Recebimentos Mínimos	Pagamentos M ínimos	Pagamentos M ínimos
2012	257	82	2.212
2013 - 2016	1.249	157	6.606
2017 em diante	4.067	322	2.988
Recebimentos/pagamentos de compromissos estimados	5.573	561	11.806
Menos montante dos juros anuais	(2.500)	(296)	(2.462)
Valor presente dos recebimentos/pagamentos mínimos	3.073	265	9.344
Circulante	225	82	1.922
Não circulante	2.848	183	7.422
Em 31 dezembro de 2011	3.073	265	9.344
Circulante	117	175	3.149
Não circulante	2.719	191	14.976
Em 31 de dezembro de 2010	2.836	366	18.125

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

	20	11
	Consolidado	Controladora
2012	24.044	32.291
2013 - 2016	55.156	78.252
2017 em diante	24.932	83.337
Em 31 de dezembro de 2011	104.132	193.880
Em 31 de dezembro de 2010	80.108	137.679

No exercício de 2011, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.651 no Consolidado (R\$ 19.074 na Controladora) reconhecido como despesa do período.

18 Partes relacionadas

18.1. Transações comerciais e outras operações

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e coligadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não eram esperadas perdas na realização das contas a receber.

18.1.1. Por empresa

			Co	ontroladoi	ra		
				2011			
			Ativo			Passivo	
Subsidiárias e controladas (*)	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BR Distribuidora	67.527	2.579	124	2.703	(219)	(19)	(238)
PifCo	10.945	168	3	171	(2.781)	(1.725)	(4.506)
PIB-BV	13.418	7.320	5.874	13.194	(2.023)	(196)	(2.219)
Gaspetro	5.208	1.490	786	2.276	(1.411)		(1.411)
Downstream	2.420	141	145	286	(224)		(224)
Transpetro	565	342		342	(624)		(624)
PBEN	554	134		134	(7)		(7)
Brasoil	228		3.519	3.519	(177)	(457)	(634)
Termoelétricas	213	155	226	381	(124)	(647)	(771)
PNBV	-243	38	16	54	(2.543)		(2.543)
Outras controladas	432	716	972	1.688	(785)	(1.600)	(2.385)
	101.267	13.083	11.665	24.748	(10.918)	(4.644)	(15.562)
Sociedade de Propósito Específico - SPE							
CDMPI	(51)				(183)	(2.287)	(2.470)
PDET Off Shore	(83)		61	61	(305)	(1.254)	(1.559)
NTN	(26)	495	72	567	(429)	(860)	(1.289)
NTS	(20)	475	35	510	(465)	(734)	(1.199)
	(180)	970	168	1.138	(1.382)	(5.135)	(6.517)
Coligadas	14.293	253	7	260	(89)	(58)	(147)
	115.380	14.306	11.840	26.146	(12.389)	(9.837)	(22.226)
(*) In also according to the second s							

^(*) Inclui suas controladas e controladas em conjunto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.1.2. Por conta

10.1.2. 1 01 Conta			Co	ontrolado	ra		
				2011			
			Ativo			Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas operacionais, principalmente por vendas	115.522						
Variações monetárias e cambiais líquidas	881						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.023)						
Ativo							
Contas a receber		14.306	11.840	26.146			
Contas a receber, principalmente por vendas		13.584		13.584			
Dividendos a receber		722		722			
Operações de mútuo			9.908	9.908			
Adiantamento para aumento de capital			317	317			
Valores vinculados à construção de gasoduto			786	786			
Ressarcimento a receber			383	383			
Outras operações			446	446			
<u>Passivo</u>							
Arrendamentos mercantis financeiros					(1.918)	(7.382)	(9.300)
Financiamentos sobre operações de créditos						(2.182)	(2.182)
Fornecedores					(10.333)		(10.333)
Compras de petróleo, derivados e outras					(7.630)		(7.630)
Afretamento de plataformas					(2.333)		(2.333)
Adiantamento de clientes					(359)		(359)
Outros					(11)		(11)
Outras operações					(138)	(273)	(411)
Em 2011	115.380	14.306	11.840	26.146	(12.389)	(9.837)	(22.226)
Em 2010	97.553	10.239	29.888	40.127	(17.520)	(15.328)	(32.848)

18.1.3. Taxas de operações de mútuo

As operações de mútuo são realizadas de acordo com as condições de mercado e legislação aplicável, conforme a seguir:

	Controladora		
Indexador	2011	2010	
LIBOR + 1 a 3% a.a.	5.807	24.174	
2% a.a.	3.150	3.011	
1,7% a.a.	145	183	
IGPM + 6% a.a.	153	146	
101% do CDI	108	115	
Outras Taxas	545	456	
	9.908	28.085	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.2. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

A Controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas do Sistema Petrobras.

Os valores investidos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em função dos seus respectivos prazos de realização.

Os encargos financeiros a apropriar sobre as operações de venda de direitos creditórios performados e/ou não performados estão registrados como outros ativos circulantes.

As cessões de direitos creditórios performados estão classificadas como outros ativos circulantes, enquanto não compensados. As cessões de direitos creditórios não performados estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

2011	2010
2.474	206
6.840	7.758
153	426
(681)	(622)
8.786	7.768
(9.639)	(15.933)
(9.639)	(15.933)
210	184
(1.202)	(1.441)
(992)	(1.257)
	2.474 6.840 153 (681) 8.786 (9.639) (9.639) 210 (1.202)

18.3. Garantias concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de dezembro de 2011, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de			20	11			2010
Vencimento das Operações	PNBV	PifCo	PIB-BV	Ref. Abreu e Lima	TAG	Total	Total
2011							8.108
2012	3.126	4.877				8.003	1.532
2013	80	702				782	730
2014	463	1.149				1.612	1.784
2015	2.264					2.264	4.140
2016	3.428	7.785				11.213	2.103
2017 em diante	17.288	30.617	1.079	9.773	11.736	70.493	37.635
	26.649	45.130	1.079	9.773	11.736	94.367	56.032

18.4. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2011, as subsidiárias PifCo e Brasoil mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior, que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP, Malhas e Marlim Leste (P-53) e Gasene, equivalentes a R\$ 14.527 (R\$ 14.048 em 31 de dezembro de 2010). Esses valores, referentes às empresas que são consolidadas, foram compensados no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.5. Transações com controladas em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

		Consolid	lado	
•	201	1	20	10
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas em conjunto e coligadas	1.314	783	1.282	714
Distribuidoras de gás	876	355	817	407
Braskem e suas controladas	163	134	162	103
Outras empresas controladas em conjunto e coligadas	275	294	303	204
Entidades governamentais e fundos de pensão	41.934	67.795	42.825	56.007
Títulos Governamentais	26.486		31.098	
Banco do Brasil S.A. (BB)	8.066	11.822	5.067	9.415
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	3.175		2.466	
Setor Elétrico (nota 18.6)	2.952		3.145	
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal (nota 18.7)	832		822	
BNDES	7	40.891	3	36.320
Caixa Econômica Federal (CEF)	1	8.184	2	5.662
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		3.869		2.568
Governo Federal - Dividendos Propostos e JCP		1.119		1.118
Petros (Fundo de Pensão)		353		501
Outros	415	1.557	222	423
	43.248	68.578	44.107	56.721

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

		Consolie	dado	
	201	1	20:	10
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	33.266	110	35.444	
Caixa e equivalentes de caixa	12.079	•	5.424	
Títulos e valores mobiliários	16.785		25.525	
Contas a Receber, líquidas	4.268		4.355	
Outros ativos circulantes	134		140	
Não Circulante	9.982		8.663	
Conta petróleo e álcool - STN	832	•	822	
Títulos e valores mobiliários	5.638		5.177	
Depósitos judiciais	3.175		2.468	
Outros ativos realizáveis a longo prazo	337		196	
Passivo Circulante		11.677		8.963
Financiamentos		4.726		3.667
Dividendos propostos		1.848		1.596
Outros passivos circulantes		5.103		3.700
Passivo Não Circulante		56.901		47.758
Financiamentos		56.786		47.634
Outros passivos não circulantes		115		124
	43.248	68.578	44.107	56.721

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.6. Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoelétrica, controladas diretas ou indiretas da Eletrobrás, localizadas na região norte do país. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível - CCC, gerenciada pela Eletrobrás.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia - PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazônia Distribuidora S. A. - ADESA, controlada direta da Eletrobrás, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da ADESA para aqueles PIE.

O saldo desses recebíveis em 31 de dezembro de 2011 era R\$ 2.952 (R\$ 3.145 em 31 de dezembro de 2010), dos quais R\$ 2.426 estavam vencidos (R\$ 2.372 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia tem feito cobranças sistemáticas aos devedores e à própria Eletrobrás e pagamentos parciais têm sido realizados.

18.7. Contas petróleo e álcool - STN

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$ 832 (R\$ 822 em 31 de dezembro de 2010) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a Companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.8. Remuneração de empregados e dirigentes

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas ao mês de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

	Expresso	em reais
	2011	2010
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	2.024,49	1.801,35
Remuneração média	10.652,30	9.522,21
Maior remuneração	67.494,48	60.965,12
Remuneração por dirigente da Petrobras (maior)	81.289,05	69.539,03

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a administração da Petrobras durante o exercício de 2011 foi de R\$ 12,5 (R\$ 8,7 em 2010) referentes a sete diretores e nove conselheiros.

Os honorários da diretoria e do conselho de administração em 2011 no consolidado totalizaram R\$ 45,0 (R\$ 35,9 em 2010).

A Petrobras iniciou o processo de eleição do representante de seus empregados para o Conselho de Administração, conforme estabelecido Lei Federal 12.353/2010. Desta forma, o Conselho passará a ter dez membros e a nomeação será ratificada pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

19 Provisões para desmantelamento de áreas

	Consoli	idado	Control	adora
Passivo não circulante	2011	2010	2011	2010
S aldo inicial	6.505	4.790	6.072	4.419
Revisão de provisão	2.455	1.795	2.288	1.594
Utilização por pagamentos	(488)	(482)	(328)	(158)
Atualização de juros	210	229	209	217
Outros	157	173		
Saldo final	8.839	6.505	8.241	6.072

20 Impostos, contribuições e participações

20.1. Impostos a recuperar

Ativo circulante	Consol	idado	Control	adora
	2011	2010	2011	2010
Impostos no país:				<u> </u>
ICM S	3.186	2.634	2.016	1.662
PIS/COFINS	5.146	3.407	4.766	3.021
CIDE	144	66	144	66
Imposto de renda	2.251	1.442	1.692	748
Contribuição social	615	333	521	189
Outros impostos	422	397	233	225
	11.764	8.279	9.372	5.911
Impostos no exterior	1.082	488		
	12.846	8.767	9.372	5.911

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.2. Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo circulante	Conso	lidado	Contro	ladora
•	2011	2010	2011	2010
ICM S	2.178	1.954	1.945	1.622
PIS/COFINS	579	1.119	483	848
CIDE	477	749	472	684
Participação especial/Royalties	5.190	3.618	5.142	3.583
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	831	657	787	640
Imposto de renda e contribuição social correntes	494	858		
Outras taxas	1.220	1.105	429	460
	10.969	10.060	9.258	7.837

20.3. Impostos e contribuição social diferidos

	Consol	idado	Contro	ladora
	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.042	6.365	3.171	2.951
ICM S diferido	2.199	2.394	1.742	2.005
PIS e COFINS diferidos	6.543	8.048	4.592	6.834
Outros	472	231		
	17.256	17.038	9.505	11.790
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.230	25.863	29.408	21.808
Outros	38	35		
	33.268	25.898	29.408	21.808

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.4. Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

				INDIAI	MOVIMENTAÇÃO DE IMPOSTOS MICETADOS INFORMOS	os amerados udr	nuos				
					Consolidado						Controladora
	Imobilizado	opı									
			Contas a receber/								
			pagar,		Provisão para			Juros sobre			Ē
	Custo com	Outros	empréstimos e	Arrendamentos	processos	Prejuízos fiscais	Fetomoe	capital	Outro	Late	I ota
Em 1º de janeiro de 2010	(14.206)	(88)	(449)		1	530	266	358	466	(13.602)	(13.545)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.276)	(1.901)	(1.476)	264	155	229	(154)	396	(21)	(5.784)	(5.148)
Reconhecido no patrimônio líquido									(168)	(168)	(163)
Ajuste acumulado de conversão		52	1		51	(55)			(14)	35	•
Outros		40	72	24	88	7			(210)	21	(1)
Em 31 de dezembro de 2010	(17.482)	(1.897)	(1.852)	(1.123)	497	711	841	754	53	(19.498)	(18.857)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.854)	(2.321)	815	(201)	150	(57)	349	133	(1.171)	(6.157)	(7.208)
Reconhecido no patrimônio líquido				44					(50)	(9)	(44)
Ajuste acumulado de conversão		(100)	(9)		15	32			(9 <i>L</i>)	(135)	
Outros		186	246	(303)	(33)	(42)			554	809	(128)
Em 31 de dezembro de 2011	(21.336)	(4.132)	(797)	(1.583)	629	644	1.190	887	(069)	(25.188)	(26.237)
							Impostos diferidos ativos	s ativos		6.365	2.951
							Impostos diferidos passivos	s passivos		(25.863)	(21.808)
							Em 31 de dezembro de 2010	bro de 2010	1 11	(19.498)	(18.857)
							Impostos diferidos ativos Impostos diferidos passivos	s ativos s nassivos		8.042	3.171
							Em 31 de dezembro de 2011	ro de 2011	• 1	(25.188)	(26.237)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Imposto de Renda e CSLL diferidos

	Consol	idado	Control	ladora
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2012	3.217	4.135	1.846	3.057
2013	591	2.494	13	2.149
2014	557	2.681	4	2.185
2015	607	2.320	47	2.033
2016	1.062	2.506	636	2.264
2017	316	2.417	6	2.211
2018	630	2.931	20	1.879
2019 em diante	1.062	13.746	599	13.630
Parcela registrada contabilmente	8.042	33.230	3.171	29.408
Parcela não registrada contabilmente	1.563			
Total	9.605	33.230	3.171	29.408

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía créditos tributários não registrados no montante de R\$ 1.563 (R\$ 1.804 em 31 de dezembro de 2010) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás nos Estados Unidos no valor de R\$ 1.199 (US\$ 639 milhões), cujo prazo de prescrição é de 20 anos, a partir da data de sua constituição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2011 e 2010 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora		
	2011	2010	2011	2010	
Lucro antes dos impostos	44.351	47.908	41.568	43.799	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(15.079)	(16.289)	(14.133)	(14.892)	
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:					
Crédito em razão da inclusão de JCP como despesas operacionais	3.548	3.455	3.548	3.455	
Resultado de empresas no exterior com alíquotas diferenciadas	622	601			
Incentivos fiscais	386	157	87	131	
Prejuízos Fiscais	(588)	(83)			
• Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas [*]	(466)	(221)	1.528	2.153	
Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(1)	(31)			
• Outros	337	384	503	390	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(11.241)	(12.027)	(8.467)	(8.763)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.157)	(5.784)	(7.208)	(5.149)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.084)	(6.243)	(1.259)	(3.614)	
	(11.241)	(12.027)	(8.467)	(8.763)	
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,3%	25,1%	20,4%	20,0%	

^{*} Inclui equivalência patrimonial

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consol	idado	Control	adora
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Planos de pensão	5.059	4.795	4.568	4.377
Planos de saúde	13.021	11.786	12.125	10.994
	18.080	16.581	16.693	15.371
Circulante	1.427	1.303	1.341	1.209
Não circulante	16.653	15.278	15.352	14.162

21.1. Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado aos empregados da Petrobras e de subsidiárias. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de dezembro 2011, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R\$ 5.076 (R\$ 4.784 na Controladora), dos quais R\$ 49 (R\$ 47 na Controladora), de juros vencem em 2012. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. As Notas do Tesouro Nacional de longo prazo, mantidas na carteira como garantia dos TCF, totalizavam R\$ 5.079 (R\$ 4.816 na Controladora).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2012 são de R\$ 622 (R\$ 585 na Controladora).

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

Os desembolsos do serviço passado são realizados, mensalmente, durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2011, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 474. (R\$ 441 na Controladora).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2012 são de R\$ 510, sendo R\$ 106 referente a parcela de benefício definido e R\$ 404 referente a parcela de contribuição definida. (R\$ 101 e R\$ 386, respectivamente, na Controladora).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.2. Planos de pensão no exterior - Benefício definido

A Companhia também patrocina planos de pensão no exterior, com características de benefício definido, por meio de controladas na Argentina, Japão e outros países. A maioria dos planos é financiada, onde os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais. Em 2011, as contribuições da Companhia para estes planos totalizaram o montante equivalente a R\$ 8.

21.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os fundos de renda fixa detém a maior concentração de investimentos, distribuídos principalmente em títulos públicos e privados. A meta da distribuição de ativos para o período entre 2012 e 2016 é de: 40% a 75% em renda fixa, 20% a 45% em renda variável, de 1,5% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes 2,5% a 12% em projetos estruturados e de 0% a 3% em investimentos no exterior.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

			2011			2010		
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%	Valor justo total (Níveis 1, 2 e 3)	%	
Renda fixa	16.158	7.240		23.398	47%	24.677	54%	
Títulos privados		7.075		7.075		8.755		
Títulos públicos	16.158			16.158		15.800		
Outros investimentos		165		165		122		
Renda variável	13.023	3.093	6.586	22.702	46%	18.274	40%	
Ações à vista	13.023			13.023		10.456		
Fundos de Private Equity		2.948	6.585	9.533		7.780		
Outros investimentos		145	1	146		38		
Imóveis			1.800	1.800	4%	1.462	4%	
				47.900	97%	44.413	98%	
Empréstimos a participantes				1.441	3%	1.131	2%	
				49.341	100%	45.544	100%	

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos incluem ações ordinárias e preferenciais da Petrobras no valor de R\$ 846 e de R\$ 696, respectivamente, e imóveis alugados pela Companhia no valor de R\$ 347.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

A movimentação do valor justo de ativos avaliados com o emprego de fluxo de caixa descontado, classificados como Nível 3, é a seguinte:

		Movimentação	o do Nível 3	
	Fundos de Private Equity	Imóveis	Outros investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2010	5.622	1.462	1	7.085
Rentabilidade dos ativos	859	14		873
Compras e vendas, líquidas	104	324		428
Em 31 de dezembro de 2011	6.585	1.800	1	8.386

A rentabilidade esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 8% a.a. para ativos de renda variável e 6% a.a. para ativos de renda fixa e para outros investimentos, resultando numa taxa de juros média de 6,49% a.a.

21.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e subsidiárias mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos no país e no exterior foram agregadas, uma vez que contém premissas similares e o total de ativos e obrigações de planos de pensão no exterior não é significativo.

Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

			2011					0107		
		Consolidado	do		Controladora		Consolidado	dado		Controladora
	Plano de Pensão Benefício Cor Definido V	: Pensão Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Plano d Benefício Definido	Plano de Pensão io Contribuição to Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no infeio do exercício Custo dos inros:	55,242	733	13.777	69.752	65.151	47.495	525	11.961	59.981	55.997
Com termo de compromisso financeiro	909			909	571	800			509	479
· Atuanal	5.589	83	1551	7.223	6.747	4.737	59	1.328	6.124	5.719
Custo do serviço corrente	334	334	244	912	820	405	104	198	707	631
Beneficios pagos	(2.057)	(4)	(119)	(2.672)	(2.518)	(1.783)	(3)	(523)	(2.309)	(2.163)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	2.352	317	514	3.183	2.728	3.885	48	813	4.746	4.488
Outros Obcinacão ama ial no fim do exercício	8	1 464	15.475	9 79 017	73 400	(6)	733	13 777	(9)	15159
COLEAÇÃO ARBITIAL DO ENCIONO	0.000	1.404	282	2002	(4.0)	444.00	000	12.00	02:135	101:00
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativo do plano no início do exercício	45.315	229		45.544	42.748	39.482	201		39.683	37.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	5.532	36		5.568	5.231	4.469	28		4.497	4.223
Contribuições recebidas pelo fundo	819	64	119	1.494	1.387	968		523	1.419	1.301
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	000			900	523	96			900	330
Banaffrice name	067	(4)	(119)	062	2/4	0.00	(3)	(203)	2309)	627
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(888)	F) -	(110)	(887)	(1.100)	1.993	g en	(676)	1.996	1.928
Outros	, 4			. 4						
Ativos do plano no fim do exercício	49.015	326		49.341	46.022	45.315	229		45.544	42.748
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações com fundo constituído	62.073	1.464		63.537	73,499	55.242	733		55.975	52.356
(*) y and justo dos autros do pramo Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos	(CIOCH)	(0.40)		(45.541)	(40.044)	(212:21)	(44)		(40.044)	(140,140)
ativos do plano	13.058	1.138		14.196	27.477	736.6	504		10,431	809'6
Valor presente das obrigações sem fundo constituído			15.475	15.475				13.777	13.777	12.795
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(8.530)	(430)	(2.426)	(11.386)	(10.593)	(5.301)	(110)	(1.959)	(7.376)	(0.807)
Custo do serviço passado não reconhecido	(83)	(94)	(28)	(202)	(161)	(116)	(103)	(32)	(251)	(225)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	4,445	614	13.021	18.080	16.693	4.510	285	11.786	16.581	15.371
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	4.510	285	11.786	16.581	15.371	4.455	143	10.774	15.372	14.270
(+) Custos incorridos no exercício	989	361	1.846	2.893	2.635	837	143	1.533	2.513	2.298
(-) Pagamento de contribuições	(479)	(35)	(119)	(1.125)	(1.042)	(525)		(523)	(1.048)	(858)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(290)	•		(290)	(274)	(254)	3	•	(254)	(239)
Outros	81	2	10001	17	3	(3)	(I)	7.00	(2)	120 27
Saldo em 31 de dezembro	4,445	614	13.021	18.080	16.693	4.510	285	11.786	16.581	15.371

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Componentes das despesas líquidas

Plano de Pensão Controladora Controladora Controladora Controladora Controladora Controladora Controladora Controladora Plano de Pensão				2011					2010		
Beneficio Contribuição Plano de Pensão Plano de Pensão de Pensão Plano de Pensão de Pensão Plano de Pensão de Pensão de Pensão Plano de Pensão de Pensão de Pensão Plano de Pensão de Pensão de Pensão de Pensão Plano de Pensão de Pen	-		Consolid	ope		Controladora		Consolid	ado		Controladora
Patiety Pati	-	Plano (de Pensão				Plano	de Pensão			
misso financeiro 665 83 1.551 7.223 6.747 4.737 509 1.328 atividades operacionais 219 1.58		Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total	Beneficio Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
misso financeiro 605 571 509 7.223 605 571 509 1.328 6.747 4.737 509 1.328 6.747 4.737 509 1.328 6.328 6.747 4.737 509 1.328 1.533 1.338 1.338 1.338 1.338 1.339<	Custo do serviço corrente Custo dos juros:	334	334	244	912	820	405	104	198	707	631
5.589 83 1.551 7.223 6.747 4.737 59 1.328 sperdas atuariais 6 3 47 56 42 3 1.328 1.328 sperdas atuariais 6 3 47 56 42 3 1.3 1.3 surries (340) (29) 4 56 42 3 1.3 1.1 1.1 surries (340) (29) 4 36 (344) (371) 1.1 4 4 surries 686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533 2 surviews 108 203 301 612 688 185 72 296 198 surviews 359 6 1.190 1.555 1.439 511 2 1.533 2 3 1.533 3 1.533 1.533 1.533	· Com termo de compromisso financeiro	909			605	571	509			509	479
reperdas atuariaris (5.532) (36) (5.568) (5.232) (4.469) (28) (28) (6.532) (6.469) (28) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.469) (6.449) (71) (71) (71) (71) (72) (74) (71) (74) (71) (72) (73) (73) (74) (73) (74) (73) (74)	· Atuarial	5.589	83	1.551	7.223	6.747	4.737	59	1.328	6.124	5.719
reperdas atuariais 6 3 47 56 42 3 1 1 1 antes (340) (29) (369) (344) (371) 4 4 fcio 686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 2 rows: s atividades operacionais 219 1.152 355 72 60 1441 69 198 do 108 203 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533 2	Rendimento estimado dos ativos do plano	(5.532)	(36)		(5.568)	(5.232)	(4.469)	(28)		(4.497)	(4.223)
strict (340) (29) (369) (344) (371) 4 4 4 36 33 23 7 4 4 4 4 36 36 36 2.893 2.635 837 7 4 2 vos. s atividades operacionais 219 152 355 72 66 1190 1.555 1143 511 69 198 frio 686 361 1846 2.893 2.635 837 143 2.33 1.533 1.533	Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	9	3	47	26	42	8	1	1	5	1
icio 686 361 1.846 2.893 2.635 837 1.533 2 vos: satividades operacionais 219 1.52 688 185 72 296 vos: 359 6 1.190 1.555 1.439 511 69 198 frio 686 361 1.846 2.893 2.635 837 1.43 2.133 2.53	Contribuições de participantes	(340)	(29)		(369)	(344)	(371)			(371)	(343)
Ifquido no exercício 686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533 2 1 a empregados ativos: vida no custeio das atividades operacionais vida no custeio das atividades operacionais (108) 219 152 355 726 688 185 72 296 aos inativos 359 6 1.190 1.555 1.439 511 69 1.98 funido no exercício 686 361 1.846 2.893 2.635 877 143 1.533 1.533	Custo do serviço passado	24	8	4	36	33	23	7	4	34	34
686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533 1.533 /idades operacionais 219 152 355 726 688 185 72 296 108 203 301 612 508 141 69 198 486 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533	Outros		(2)		(2)	(2)			2	2	
vidades operacionais 219 152 355 726 688 185 72 296 108 203 301 612 508 141 69 198 359 6 1.190 1.555 1.439 511 2 1.039 686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533	Custo líquido no exercício	989	361	1.846	2.893	2.635	837	143	1.533	2.513	2.298
108 203 301 612 508 141 69 198 359 6 1.190 1.555 1.439 511 2 1.039 686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533 2	Relativa a empregados ativos: Absorvida no custeio das atividades operacionais		152	355	726	889	185	72	296	553	530
359 6 1.190 1.555 1.439 511 2 1.039 686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533 2	Diretamente no resultado		203	301	612	508	141	69	198	408	314
686 361 1.846 2.893 2.635 837 143 1.533	Relativa aos inativos	359	9	1.190	1.555	1.439	511	2	1.039	1.552	1.454
	Custo líquido no exercício	989	361	1.846	2.893	2.635	837	143	1.533	2.513	2.298

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Variações entre valores estimados e incorridos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos, nos últimos 3 anos, foram os seguintes:

		ons olidado		C	ontrolador	a
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Ganhos/(perdas) dos planos de pensão						
Obrigação atuarial	(125)	118	(381)	109	28	(417)
Ativos de planos de pensão	(886)	1.996	3.423	(1.100)	1.928	3.357
Ganhos/(perdas) dos planos de saúde						
Obrigação atuarial	1.320	414	663	1.232	406	637

c) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consoli	dado	Control	adora
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial	2.305	(1.886)	2.125	(1.739)
Custo do serviço e juros	299	(240)	274	(221)

d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2011	2010
Taxa de desconto	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a (1) + Juros: 5,58% a.a (2)	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a (1) + Juros: 5,91% a.a (2)
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a ⁽¹⁾ + 2,080% a 3,188% a.a	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a $^{(1)}$ + 2,220% a.a
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,6% a.a + Juros: 6,49% a.a	Inflação: 5,3% a.a + Juros: 6,78% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,652% a.a ⁽³⁾	0,660% a.a ⁽³⁾
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares Tábua de mortalidade	8,96% a 4,34% a.a ⁽⁴⁾ AT 2000, específica por sexo	7,89% a 4,3% a.a ⁽⁴⁾ AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez Tábua de mortalidade de inválidos	TASA 1927/ Zimmemann ajustada ⁽⁵⁾ AT 49, específica por sexo	TASA 1927/ Zimmemann ajustada ⁽⁵⁾ AT 49, específica por sexo

 $^{^{(1)}}$ Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante.

⁽²⁾ A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde.

(3) Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

⁽⁴⁾ Custos médicos e hospitalares taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

⁽⁵⁾ Tábua de invalidez: Zimmermann ajustada para o Plano Petros 2.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

21.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras por meio de suas controladas no país e no exterior também patrocina planos de aposentadoria aos empregados de contribuição definida. As contribuições pagas no exercício de 2011, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 24.

22 Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado antes da participação de empregados e administradores e do resultado atribuível aos acionistas não controladores.

No exercício de 2011, a Companhia, fundamentada nas premissas sob referência, provisionou R\$ 1.560 de PLR (R\$ 1.691 em 2010), conforme a seguir:

	2011	2010	
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	33.313	35.189	
Resultado atribuível aos não controladores	(203)	712 (*	^k)
Participação nos lucros ou resultados	1.560	1.691	
Lucro antes das participações - base de cálculo	34.670	37.592	
Percentual estabelecido	4,5%	4,5%	
Participação nos lucros ou resultados	1.560	1.691	

^(*) Resultado atribuível aos não controladores divulgado em 2010, base para determinação da PLR.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, de 2012, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

23 Patrimônio líquido

23.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.380 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento de capital com reservas em 2011

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 28 de abril de 2011, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 205.357 para R\$ 205.380, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros de incentivos fiscais constituída em 2010, no montante de R\$ 23, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1°, da Portaria n° 2.091/07 do Ministro do Estado da Integração Nacional. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1°, da Lei n° 6.404/76.

Aumento de capital com reservas em 2012

A Administração da Petrobras está propondo à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2012, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 205.380 para R\$ 205.392, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros de incentivos fiscais constituída em 2011, no montante de R\$ 12.

23.2. Contribuição adicional de capital

a) Gastos com emissão de ações

A oferta global de ações, realizada no exercício de 2010, gerou custo de captação no montante de R\$ 477, líquido de impostos.

b) Mudança de participação em controladas

Inclui o valor das diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

23.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destinase ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2011, foram destinados do resultado R\$ 81, referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), dos quais R\$ 12 referem-se à realização de parte dos depósitos para reinvestimentos com recursos do imposto de renda.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração está propondo a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, do montante de R\$ 18.347, sendo R\$ 18.337 proveniente do lucro do exercício de 2011 e R\$ 10 do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecidos no orçamento de capital do exercício de 2012, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista de 2012.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

23.4. Ajuste de avaliação patrimonial

a) Ajuste acumulado de conversão

Incluem as diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis das empresas com moeda funcional diferente da Controladora.

b) Outros resultados abrangentes

Incluem as variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, hedge de fluxo de caixa e os ajustes por adoção do custo atribuído do setor petroquímico na data de transição.

23.5. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculando sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2011, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2012, no montante de R\$ 12.001, atende aos direitos garantidos estatutariamente às ações preferenciais e está sendo proposto indistintamente às ações ordinárias e preferenciais. Esse dividendo proposto alcançou 38,25% do lucro básico porque os direitos dos preferencialistas, de prioridade de 3% da parcela do patrimônio líquido representativa das ações preferenciais, ficou superior ao dividendo mínimo equivalente a 25% sobre o lucro básico.

No exercício de 2010, no dividendo proposto, indistintamente às ações ordinárias e preferenciais equivalente a 35,50% do lucro, prevaleceu o critério de 5% da parcela do capital social representativa das ações preferenciais, também em atendimento aos direitos estatutários dos preferencialistas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração do lucro básico para cálculo dos dividendos:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício (Controladora)	33.101	35.036
Apropriação:		
Reserva legal	(1.655)	(1.752)
Reserva de incentivos fiscais	(81)	(250)
Outras reversões/adições:	10	
Lucro básico para determinação do dividendo	31.375	33.034
Dividendos propostos, equivalente a 38,25 % do lucro básico -		
R\$0,92 por ação (35,50 % em 2010, R\$ 1,03 por ação) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	10.436	10.163
Dividendos	1.565	1.565
Total de dividendos propostos	12.001	11.728
M enos:		
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(7.827)	(7.945)
Atualização dos juros sobre o capital próprio antecipados	(296)	(188)
Saldo de dividendos propostos	3.878	3.595

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 12.001 incluem juros sobre capital próprio no total de R\$ 10.436, aprovados pelo Conselho de Administração da seguinte forma:

Parcela	Data aprovação Conselho Administração	Data posição acionária	Data de pagamento	Valor da parcela	Valor bruto por ação (ON e PN) (R\$)
1 ^a . parcela JCP	29.04.2011	11.05.2011	31.05.2011	2.609	0,20
2ª. parcela JCP	22.07.2011	02.08.2011	31.08.2011	2.609	0,20
3ª. parcela JCP	28.10.2011	11.11.2011	30.11.2011	2.609	0,20
4ª. parcela JCP	22.12.2011	02.01.2012		2.609	0,20
Dividendos	09.02.2012			1.565	0,12
				12.001	0.92

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2011 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa SELIC desde a data de seu pagamento até 31 de dezembro de 2011. A parcela final de juros sobre o capital próprio será disponibilizada até 30 de março de 2012 e os dividendos serão pagos na data que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, e terão os seus valores atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.548 (R\$ 3.455 em 2010).

23.6. Lucro por Ação

_	Consolidado		Controladora	
-	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	33.313	35.189	33.101	35.036
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº. Ações)	13.044.496.930	9.872.826.065	13.044.496.930	9.872.826.065
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	2,55	3,57	2,54	3,55

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

24 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas	306.234	266.060	241.042	204.595
Encargos de vendas	(62.058)	(54.218)	(57.221)	(48.108)
Receita de vendas	244.176	211.842	183.821	156.487

25 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Matéria-prima / produtos adquiridos	(95.484)	(77.437)	(68.529)	(53.405)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(25.200)	(22.915)	(17.612)	(13.284)
Participação governamental	(27.205)	(20.315)	(26.507)	(19.810)
Despesas com pessoal e benefícios	(18.908)	(16.697)	(14.715)	(12.185)
Depreciação, depleção e amortização	(17.739)	(14.612)	(12.901)	(10.813)
	(184.536)	(151.976)	(140.264)	(109.497)
Custo do produto vendido	(166.939)	(135.617)	(124.320)	(96.134)
Despesas com vendas	(8.950)	(8.557)	(9.915)	(7.920)
Despesas gerais e administrativas	(8.647)	(7.802)	(6.029)	(5.443)
	(184.536)	(151.976)	(140.264)	(109.497)

26 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controla	dora
	2011	2010	2011	2010
Planos de pensão e saúde	(1.555)	(1.552)	(1.439)	(1.454)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.466)	(623)	(1.097)	(613)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.439)	(1.234)	(1.275)	(1.132)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(772)	(369)	(649)	(451)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(1.046)	(603)	(227)	(61)
Acordos Coletivos de Trabalho	(700)	(647)	(655)	(577)
Perdas com processos judiciais e administrativos	(670)	(1.834)	(448)	(1.352)
Ganhos com processos judiciais e arbitrais	883		688	
Despesas operacionais c/ termelétricas	(207)	(307)	(550)	(602)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(664)	(76)	(412)	104
Subvenções e assistências governamentais	615	377	187	360
Resultado com alienação / baixa de ativos	12	65	(226)	(33)
Gastos / Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	16	46	16	46
Incentivo para aquisição de ações da Petrobras		(91)		(85)
Outros	405	(201)	317	89
	(6.588)	(7.049)	(5.770)	(5.761)

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

27 Resultado financeiro líquido

Consolidado		Controladora	
2011	2010	2011	2010
971	(693)	924	(784)
(5.453)	1.683	(2.809)	1.271
(4.482)	990	(1.885)	487
(102)	(276)	(76)	(253)
(8.146)	(6.752)	(6.114)	(7.209)
2.788	1.645	2.303	1.155
2.118	529	2.118	529
(3.240)	(4.578)	(1.693)	(5.525)
(7.824)	(3.864)	(3.654)	(5.291)
7.361	5.262	5.823	4.249
(387)	9	(124)	24
594	524	576	510
(114)	119	532	451
(93)	(56)	619	1.641
585	626	1.809	50
122	2.620	5.581	1.634
6.543	4.424	6.025	4.312
(2.422)	(3.145)	(291)	(2.960)
(3.999)	1.341	(153)	282
122	2.620	5.581	1.634
	7.361 (387) (393) (3442) (3240) (387) (399)	2011 2010 971 (693) (5.453) 1.683 (4.482) 990 (102) (276) (8.146) (6.752) 2.788 1.645 2.118 529 (3.240) (4.578) (7.824) (3.864) 7.361 5.262 (387) 9 594 524 (114) 119 (93) (56) 585 626 122 2.620 6.543 4.424 (2.422) (3.145) (3.999) 1.341	2011 2010 2011 971 (693) 924 (5.453) 1.683 (2.809) (4.482) 990 (1.885) (102) (276) (76) (8.146) (6.752) (6.114) 2.788 1.645 2.303 2.118 529 2.118 (3.240) (4.578) (1.693) (7.824) (3.864) (3.654) 7.361 5.262 5.823 (387) 9 (124) 594 524 576 (114) 119 532 (93) (56) 619 585 626 1.809 122 2.620 5.581 6.543 4.424 6.025 (2.422) (3.145) (291) (3.999) 1.341 (153)

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

28 Processos judiciais e contingências

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, resultantes do curso normal de suas operações. A classificação das ações de acordo com a expectativa de perda como provável, possível ou remota, assim como seus valores estimados é elaborada com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração.

28.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Dentre as quais, as principais são referentes à imposto de renda retido na fonte pela emissão de títulos no exterior, perdas e danos pelo desfazimento de operação de cessão de crédito prêmio de IPI e indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro ocorrido em janeiro de 2000.

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Estado do Paraná ajuizaram uma ação contra a Petrobras relativa à indenização por: danos morais, financeiros e restauração ambiental em função de um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul - Refinaria Presidente Vargas em 16 de julho de 2000.

Com base em estudos realizados em 2011, considerando a proporção dos danos causados, a Companhia reavaliou a expectativa de perda da ação, reclassificando-a de possível para provável, e estimou o valor a ser incorrido no montante de R\$ 62, não obstante persista a pretensão dos Autores pela condenação da ordem de R\$ 6.765.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os valores provisionados, líquidos dos depósitos judiciais, são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
Passivo não circulante	2011	2010	2011	2010
Reclamações trabalhistas	290	193	202	88
Processos fiscais	661	607	12	68
Processos cíveis	298	357	161	269
Outros processos	112	108	62	
	1.361	1.265	437	425

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	1.265	837	425	252
Adição de provisão	534	1.422	336	845
Utilização por pagamentos	(183)	(910)	(118)	(598)
Transferências por depósitos judiciais	(266)	(93)	(237)	(83)
Atualização de juros	87	9	86	9
Outros	(76)		(54)	
Saldo final	1.361	1.265	437	425

28.2. Processos judiciais não provisionados

Consolidado			
Natureza	Estimativa 2011		
Fiscal	34.137		
Cívil - Geral	8.858		
Cívil - Ambiental	989		
Outras	1.560		
	45.544		

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

a) Processos de natureza fiscal

Descrição - Natureza Fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
I) Autos de infração por indedutibilidade de IRPJ – CSLL e Multa sobre a repactuação do Plano Petros.	3.139
 II) falta de adição à base de cálculo do IRPJ e CSLL de lucros auferidos pelas empresas controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. III) Não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre o incentivo financeiro aos empregados pela repactuação do Plano 	1.989
Petros em 2007.	1.499
Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro	
Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações referente ao período de 1999 a 2002.	4.684
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	
 ICMS – Autos de infração em operações de saída de LGN sem emissão de documento fiscal, no âmbito do estabelecimento centralizador. 	2.491
II)Notas de Lançamento decorrente de diferença de alíquota de ICMS nas operações de venda de QAV, em razão da declaração de inconstitucionalidade do Decreto 36.454 de 2004.	1.410
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	2.793
I) Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem.	
II) Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003 da CIDE-combustíveis, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.	1.235
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	
I) Auto de infração relativo a afastamento de cobrança de ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória sobre importação. Admissão temporária de sonda de perfuração em São Paulo e desembaraço no Rio de Janeiro (Convênio ICMS nº 58/99).	2.184
II) Afastamento de cobrança de ICMS e multa sobre importação (Admissão Temporária – Sonda de Perfuração – admissão São Paulo - desembaraço no Rio de Janeiro).	1.657

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição - Natureza Fiscal	Estimativa
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Linhares, Vila Velha e Vitória.	
Falta de retenção e recolhimento de ISS na atividade de prestação de serviços em águas marítimas. Alguns municípios localizados no Estado do Espírito Santo lavraram autos de infração contra a Petrobras, pela suposta falta de retenção do ISSQN incidente sobre serviços prestados em águas marítimas. A Petrobras reteve esse ISSQN, porém o recolheu aos cofres dos municípios onde estão estabelecidos os respectivos prestadores, em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03.	1.624
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	1 101
IOF crédito sobre operações de mútuos	1.181
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
IRRF - Remessas ao exterior para pagamento de importação de petróleo	924
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe	
Aproveitamento indevido de créditos de ICMS de brocas de perfuração e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração e autos de infração por entender que constituem material de uso e consumo, cujo aproveitamento do crédito somente seria permitido a partir do período seguinte.	817
Outros processos de natureza fiscal	6.510
Total dos processo de natureza fiscal	34.137

b) Processos de natureza cível - Geral

Descrição - Natureza Cível	Estimativa
Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.	
A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas. A indenização estimada a ser paga a Petroquisa é R\$ 22.461 em 31.12.2011. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa parte da indenização estimada em R\$ 14.824"líquido de imposto" não representa desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, 5% a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados 20% a título de honorários advocatícios.	5.615
Autor: Agência Nacional de Petróleo - ANP	
Diferenças no pagamento de participação especial dos campos de Albacora, Carapeba, Cherne, Espadarte, Marimba, Marlim, Marlim Sul, Namorado, Pampo e Roncador – Bacia de Campos, utilizando contrato de locação de bens com a Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP, em desacordo com à portaria ANP nº 10/99 e multa por descumprimento dos programas Exploratórios mínimos – "Rodada Zero".	1.212
Outros processos de natureza cível	2.031
Total dos processos de natureza cível	8.858

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

28.3. Contingências de parcerias operacionais - Campo de Frade

Em novembro de 2011, ocorreu um derramamento de óleo no campo de Frade, localizado na Bacia de Campos, que é operado pela Chevron Brasil. A promotoria pública federal está conduzindo uma investigação e iniciou um processo reivindicando R\$ 20 bilhões de indenização, contra a Chevron Brasil, Chevron Latin America Marketing LLC e Transocean Brasil Ltda, este último operador da plataforma na ocasião do derramamento. A avaliação dos nossos advogados considerou que o valor reivindicado não é razoável e é desproporcionalmente alto em relação à extensão dos danos causados.

A Petrobras possui participação de 30% do consórcio de Frade. Embora não seja parte do processo, em razão da participação, a Petrobras pode ser contratualmente obrigada a arcar com 30% do total de contingências relacionadas ao campo de Frade. Caso a Chevron seja responsabilizada legalmente, a Petrobras pode estar sujeita contratualmente ao pagamento de até 30% dos custos referentes à indenização.

28.4. Contingências Ativas

28.4.1. Recuperação de custos de manutenção - Barracuda & Caratinga

Em 2006, a Petrobras, na qualidade de representante da Barracuda & Caratinga Leasing Company B.V.- BCLC, recorreu ao processo arbitral no exterior contra a Kellog, Brown, Root, LLC- KBR para obtenção de indenização por custos de manutenção realizado nas linhas flexíveis do campo de Barracuda e Caratinga, no período coberto por garantia contratual.

Em 21 de setembro de 2011, o Tribunal arbitral deu ganho de causa à BCLC, de forma definitiva, condenando a KBR a indenizá-la em R\$ 339, pleiteados na arbitragem, acrescidos de custos internos da Petrobras na condução da arbitragem, além de honorários advocatícios e custas do processamento arbitral. Após decisão definitiva, a Petrobras reconheceu o valor de R\$ 339 no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

28.4.2. Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e subsidiárias ajuizaram ações ordinárias contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o respectivo §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 18 de novembro 2010, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente a ação da Petrobras, ajuizada em 2006 para recuperar os valores de COFINS do período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Após o trânsito em julgado da ação, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 497 (R\$ 349 na controladora) como impostos a recuperar no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui R\$ 2.188 (R\$ 2.066 na Controladora) relativos a estas ações que ainda não estão refletidos nas informações contábeis em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

28.4.3. Ação judicial nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 2002, a Brasoil e a Petrobras venceram, em primeira instância, perante a Justiça norteamericana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company, as quais tentavam obter, desde 1997, em face da primeira (Brasoil), declaração judicial que as isentassem da obrigação de pagar o valor do seguro de construção (performance bond) das plataformas P-19 e P-31, e, em face da segunda (Petrobras), buscavam ressarcimento de quaisquer quantias que viessem a ser condenadas no processo de execução da perfomance bond.

Em 21 de julho de 2006, a Justiça Americana proferiu decisão executiva, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo de ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

O valor da indenização pleiteado é de aproximadamente US\$ 245 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

29 Compromisso de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objetivo a compra de um total de 201,9 bilhões de m3 de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

Em 31 de dezembro de 2011, o compromisso de compra mínima para o período de 2012 até 2019 é de aproximadamente 70,3 bilhões de m3 de gás natural equivalente a 24,06 milhões de m3 por dia, que corresponde a um valor total estimado de US\$ 15,2 bilhões.

30 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 6.015 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 5.429 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 3.385 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 2.043 referem-se a garantias bancárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

31 Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial hedge e atividades de gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

31.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A política de gestão de riscos da Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Desde março de 2010, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê de Integração Financeira, composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios. Dentre as responsabilidades do Comitê de Integração Financeira está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

A Petrobras adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais - das operações ou das unidades de negócio - mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

31.2. Risco de variação dos preços de petróleo e derivados

a) Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas (compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais da Companhia).

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Integração Financeira. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial *hedge* deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as suas exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

As principais operações destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos financeiros derivativos são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, *swaps* e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX - *New York Mercantile Exchange* e ICE - *Intercontinental Exchange*, bem como no mercado de balcão internacional.

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR), o Valor em Risco (Value at risk - VaR) e Stop Loss.

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial associadas à sua carteira por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2011, uma perda máxima estimada para um dia (VaR - *Value at risk*), calculada a um nível de confiança de 95% de, aproximadamente, US\$ 2 milhões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

d) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

Derivativos de petróleo e derivados

			Consolidado	1		Control	adora		
	Valor de Re (Nocional) e		Valor justo contabilizado**				Vencimento	Valor j contabili	
	2011	2010	2011	2010		2011	2010		
Contratos Futuros	(6.217)	(8.570)	34	(40)	2012	(1)			
Compromissos de compra	30.193	19.921							
Compromissos de venda	(36.410)	(28.491)							
Contratos de Opções	(2.130)	(1.679)	(4)	(3)	2012				
Compra	(730)	1.446	(3)	1					
Posição Titular	6.728	1.646							
Posição Lançadora	(7.458)	(200)							
Venda	(1.400)	(3.125)	(1)	(4)					
Posição Titular	3.990	2.070							
Posição Lançadora	(5.390)	(5.195)							
Contratos a termo	275	354		(1)	2012				
Posição Comprada	275	979							
Posição Vendida		(625)							
Total registrado em outros ativ	os e passivos circula	intes _	30	(44)		(1)			

^{*} Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

^{**} Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo. Principais contrapartes nas operações: NYMEX, ICE, Morgan Stanley, BNP Paribas, BP North America Chicago, Shell (Stasco).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

e) Ganhos e perdas no período

	Consolida	ado	Controladora		
Derivativos de petróleo e derivados	2011	2010	2011	2010	
Ganho (perda) registrado no resultado	(410)	(4)	(124)	24	

f) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos.

Consolidado		Controladora			
2011	2010	2011	2010		
168	367	22	170		

g) Análise de sensibilidade de derivativos de petróleo e derivados

O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro 2011, os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a mesma data.

	Consolidado				
Risco	Cenário Provável em 2011	Cenário Possível (∆ de 25%)	Cenário Remoto (∆ de 50%)		
Alta do Petróleo Brent	(8)	(307)	(580)		
Baixa da Gasolina	3	16	28		
Alta do Óleo Combustível	(15)	(249)	(484)		
Alta do WTI	-	2	(21)		
Baixa do Diesel	6	(15)	(37)		
Alta do Etanol	1	(27)	(54)		
Alta da Nafta	-	(3)	(7)		
Alta do Petróleo Dubai	2	(12)	(25)		
Baixa do Petróleo LLS	-	(8)	(15)		
	Alta do Petróleo Brent Baixa da Gasolina Alta do Óleo Combustível Alta do WTI Baixa do Diesel Alta do Etanol Alta da Nafta Alta do Petróleo Dubai	Risco 2011 Alta do Petróleo Brent (8) Baixa da Gasolina 3 Alta do Óleo Combustível (15) Alta do WTI - Baixa do Diesel 6 Alta do Etanol 1 Alta da Nafta - Alta do Petróleo Dubai 2	Risco 2011 (∆ de 25%) Alta do Petróleo Brent (8) (307) Baixa da Gasolina 3 16 Alta do Óleo Combustível (15) (249) Alta do WTI - 2 Baixa do Diesel 6 (15) Alta do Etanol 1 (27) Alta da Nafta - (3) Alta do Petróleo Dubai 2 (12)		

As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

h) Derivativos embutidos

Os procedimentos para identificação de instrumentos financeiros derivativos em contratos visam o reconhecimento tempestivo, controle e adequado tratamento contábil a ser empregado, sendo aplicáveis às unidades da Petrobras e às suas subsidiárias e controladas.

Os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são comunicados para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

Os derivativos embutidos identificados no período foram:

Venda de etanol

O contrato consiste em venda de etanol hidratado por uma fórmula de preço definida no momento da assinatura do contrato. A definição de preço de cada carregamento de etanol hidratado entregue neste contrato envolve duas cotações de referência distintas: etanol e nafta.

A fórmula de preço em questão utiliza como uma de suas referências a cotação de uma commodity que não mantém estrita relação de custo ou valor de mercado com o bem transacionado no contrato, segundo os critérios do pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Assim sendo, conforme orientações dessa norma, a parcela referente ao derivativo embutido deve ser destacada do contrato original e registrada nas informações contábeis intermediárias seguindo as mesmas regras aplicáveis aos demais instrumentos financeiros derivativos.

Os quadros abaixo representam o valor justo do derivativo embutido e análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2011:

		Valor de Referência (Nocional) em mil m ³		Vencimento
Contrato a Termo		715	49	2016
Posição comprada				
Derivativos Embutidos	Risco	Cenário Provável em 2011	Cenário Possível (∆ de 25%)	Cenário Remoto (∆ de 50%)
Swap Nafta x Etanol	Queda no spread Nafta x Etanol	49	40	32

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O derivativo foi mensurado a valor justo por meio do resultado e classificado no nível 3 na hierarquia da mensuração do valor justo.

A Companhia determinou o valor justo deste contrato baseado em práticas utilizadas no mercado, em que se apura a diferença entre os spreads de nafta e etanol. O preço de venda do etanol no contrato é referente ao mercado brasileiro (ESALQ). Os parâmetros utilizados no cálculo tiveram seus valores obtidos das cotações de mercado do preço do etanol e da nafta no mercado futuro da CBOT (Chicago Board of. Trade) no último dia útil do período das demonstrações financeiras.

Os ganhos apurados estão apresentados na demonstração do resultado como receita financeira.

31.3. Risco cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas. As oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais da Petrobras, já que a maioria das receitas está predominantemente em reais enquanto a maioria dos passivos está em moeda estrangeira.

a) Gerenciamento de riscos cambiais

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratálos de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (*hedge*s naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos em que o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Contratos de Swap

Iene x Dólar

Em setembro de 2006, a Companhia contratou uma operação de proteção patrimonial hedge denominada cross currency swap para cobertura dos Bonds emitidos em ienes, de forma a fixar em dólares os custos desta operação. No cross currency swap ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento. Para essa relação entre o derivativo e o empréstimo, qualificada como hedge de fluxo de caixa, foi adotada metodologia de contabilização de operações de hedge (hedge accounting).

Na contratação do hedge e durante a sua vigência, espera-se que o mesmo seja altamente eficaz. As alterações no valor justo, na medida da eficácia da operação testada trimestralmente, são contabilizadas em outros lucros abrangentes acumulados, até que o resultado do item objeto de hedge seja realizado.

Dólar x CDI

A Companhia contratou uma operação de swap cambial relacionado a um financiamento de importação (FINIMP) para aquisição de petróleo.

Contratos a termo (Dólar)

A Petrobras se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. O prazo de exposição é de 3 meses em média e a operação é realizada com o objetivo de fixar e garantir a margem da comercialização.

Nenhuma das operações exigiu depósitos de margens em garantia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes.

	Consolidado					
	Valor de Referência (Nocional) (em milhões)		Valor ju	Vencimento		
	2011	2010	2011	2010		
Contratos a termo de dólar						
Posição Vendida	USD 87	USD 61	(3)	4	2012	
	USD 87	USD 61	(3)	4		
Contratos de swaps			32		2012	
Posição ativa		-				
Moeda estrangeira dólar	USD 127		241			
Posição passiva						
CDI reais	BRL 199		(209)			
Cross Currency Swap			243	192	2016	
Posição ativa		-				
Taxa Média de recebimento (JPY) = 2,15% aa	JPY 35.000	JPY 35.000	926	783		
Posição passiva						
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% aa	USD 298	USD 298	(683)	(591)		
Total Registrado em outros ativos e passivos o	circulantes	-	272	196		

^{**}Os valores negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo. Principais contrapartes nas operações: Citibank, HSBC e Bradesco e Itaú As posições indicadas por hífen representam inferiores a R\$ 500 mil.

d) Ganhos e perdas no período

	Consoli	dado	Controladora		
Derivativos de moeda estrangeira	2011	2010	2011	2010	
Ganho (perda) registrado no resultado	25	7	-	-	
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	8	(10)	-	-	

e) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

f) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: derivativos, empréstimos e aplicações financeiras

O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação à mesma data.

			Consolidado	
Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável em 31.12.2011	Cenário Possível (∆ de 25%)	Cenário Remoto (∆de 50%)
Contratos a termo de dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	(3)	(44)	(85)
Cross Currency Swap	Desvalorização do lene frente ao Dólar	r 243	58	(65)
Contratos de Swap	Valorização do Real frente ao Dólar	32	(38)	(98)
			Consolidado	
Dívida de Moeda Estrangeira *	Risco	Cenário Provável em 31.12.2011	Cenário Possível (∆ de 25%)	Cenário Remoto (∆de 50%)
Real 1	Valorização do Dólar frente ao Real	26.621	6.655	13.311
Dólar	Valorização do Dólar frente ao Real	68.012	17.003	34.006
Euro	Valorização do Euro frente ao Real	4.681	1.170	2.340
Yen	Valorização do Yen frente ao Real	2.897	724	1.448
		102.211	25.552	51.105

¹ Financiamentos em moeda nacional parametrizados à variação do dólar.

		Consolidado				
Aplicação financeira *	Risco	Cenário Provável em 31.12.2011	Cenário Possível (∆ de 25%)	Cenário Remoto (∆de 50%)		
em moeda estrangeira	Valorização do Real frente ao Dólar	17.440	(4.360)	(8.720)		

^(*) A análise de sensibilidade isolada dos instrumentos financeiros não representa a exposição líquida da Companhia ao risco cambial. Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto econômico de possíveis variações cambiais não é considerado significativo.

31.4. Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Se as taxas de juros do mercado (principalmente LIBOR) subirem, as despesas financeiras aumentarão, o que poderá causar um impacto negativo nos resultados operacionais e posição financeira. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Gerenciamento de riscos de taxa de juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

a) Principais transações e compromissos futuros protegidos por operações com derivativos

Contratos de Swap

Taxa de juros flutuante (Libor USD) x Taxa fixa (USD)

A Companhia contratou uma operação denominada *swap* de taxa de juros, com o objetivo de transformar um financiamento atrelado a uma taxa flutuante em taxa fixa, de forma a eliminar o descasamento entre os fluxos de caixa ativos e passivos de projeto de investimento. A Companhia não tem intenção de liquidar a operação antes de seu vencimento e, para tanto, adotou a metodologia de contabilização de operações de hedge (hedge accounting) para a relação entre o financiamento e o derivativo.

Taxa de juros flutuante (Euribor) x Taxa fixa (EUR)

A Companhia contratou uma operação de swap para fixação da taxa de juros relacionada a um financiamento.

b) Valor de referência (nocional) e valor justo dos instrumentos derivativos

C on solidado						
Valor de Referência (Nocional) (em milhões)		Valor justo **		Vencimento		
31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010			
USD 478	USD 487	(67)	14	2020		
		(3)		2015		
EUR20		1	-			
EUR20						
		(4)	-			
os circulantes		(70)	14			
	(em mil 31.12.2011 USD 478 EUR20 EUR20	Valor de Referência (Nocional) (em milhões) 31.12.2011 31.12.2010 USD 478 USD 487 EUR20 EUR20	(em milhões) Valor ju 31.12.2011 31.12.2010 31.12.2011 USD 478 USD 487 (67) (3) EUR20 1 EUR20 (4)	Valor de Referência (Nocional) (em milhões) Valor justo ** 31.12.2011 31.12.2010 31.12.2011 31.12.2010 USD 478 USD 487 (67) 14 EUR20 1 - EUR20 (4) -		

^{**} Os valores justos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo. As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Análise de sensibilidade dos derivativos de taxa de juros

			Consortuado	
Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável em 31.12.2011	Cenário Possível (de 25%)	Cenário Remoto (de 50%)
Contratos de Swap	Diminuição da taxa Libor	(67)	(101)	(124)
Contratos de Swap	Diminuição da taxa Euribor	(3)	(3)	(4)

Consolidado

31.5. Risco de crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

A gestão do risco de crédito na Petrobras faz parte do gerenciamento dos riscos financeiros, que é realizado pelos diretores da Companhia. As Comissões de Crédito são compostas, a partir de decisão da Diretoria Executiva, por três membros, sendo presidida pelo Gerente Executivo do Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos e os demais membros são o Gerente Executivo de Finanças e o Gerente Executivo da área comercial de contato com o cliente ou com a Instituição financeira.

As Comissões de Crédito têm por finalidade analisar as questões vinculadas à gestão do crédito, tanto no que diz respeito à sua concessão, quanto à sua administração; promover a integração entre as unidades que as compõem; identificar as recomendações a serem aplicadas nas unidades envolvidas ou submetidas à apreciação das instâncias superiores.

A política de gestão de risco de crédito faz parte da política global de gestão de riscos da Companhia e visa conciliar a necessidade de minimizar a exposição ao risco de crédito e de maximizar o resultado das vendas e operações financeiras, mediante processo de análise, concessão e gerenciamento dos créditos de forma eficiente.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito

A Petrobras utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A carteira de crédito comercial da Companhia, que supera US\$ 40 bilhões, é bastante diversificada, estando os créditos concedidos divididos entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. Entre os principais clientes encontram-se as grandes empresas do mercado de petróleo, consideradas *majors*.

As instituições financeiras são beneficiárias de aproximadamente US\$ 30 bilhões, distribuídos entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

Somente são aceitas garantias emitidas por instituições financeiras que disponham de crédito disponível, conforme os parâmetros adotados pela Companhia.

As vendas a prazo para clientes considerados de alto risco só são efetuadas através do recebimento de garantias. Para tanto, a Petrobras aceita cartas de crédito emitidas no exterior, fianças bancárias emitidas no Brasil, hipotecas e cauções. Para clientes considerados de médio risco, também são aceitas fianças e avais dos sócios das empresas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

A tabela abaixo representa a exposição máxima ao risco de crédito para:

_	2011
Garantias	4.019
Derivativos	344
Aplicações Financeiras	16.247

A exposição máxima ao risco de crédito de contas a receber é representada pelo saldo descrito na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

31.6. Risco de liquidez

A Petrobras utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazos, financiamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia prevê a continuidade do alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

A Petrobras financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Vencimento	Consolidado	Controladora
2012	26.220	5.750
2013	16.802	3.934
2014	18.844	5.182
2015	21.045	5.925
2016	35.615	15.768
2017	21.176	7.573
2018 em diante	111.893	21.151
Saldo em 31 de dezembro de 2011	251.595	65.283
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.129	59.076
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	·

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

31.7. Aplicações financeiras (operações com derivativos)

As operações com derivativos, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, destinam-se exclusivamente à troca de indexadores dos ativos que compõem as carteiras, e tem o objetivo de dar maior flexibilidade aos administradores na busca pela eficiência no gerenciamento das disponibilidades.

A tabela a seguir representa os valores de mercado das operações com derivativos contidas nos fundos de investimento exclusivos em 31 de dezembro de 2011.

Contrato	Quantidade	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo*	Vencimento
DI Futuro	(39.957)	(3.244)		
Posição comprada	31.724	2.652	1	2012 à 2014
Posição vendida	(71.681)	(5.896)	(1)	2012 à 2014
Dólar Futuro	147	14		2012
Posição comprada	312	29		
Posição vendida	(165)	(15)		

^{*} As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil.

32 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2011, era, respectivamente, R\$ 44.097 e R\$ 137.239 calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 43.055 e R\$ 136.405.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente está demonstrada a seguir:

	Valor justo medido com base em			
	Preços cotados em mercado ativo (Nível I)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível II)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível III)	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	22.264			22.264
Derivativos de Moeda Estrangeira	32	243		275
Derivativos de commodities	66		49	115
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.362	243	49	22.654
Saldo em 31 de dezembro de 2010	30.984	198	53	31.235
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira		(3)		(3)
Derivativos de commodities	(36)			(36)
Derivativos de juros	(70)			(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(106)	(3)		(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(63)	(3)		(66)

33 Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 60 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2011 podem ser assim demonstradas:

		Importânc	ia segurada
Ativo	Tipos de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	237.491	147.878
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	4.290	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	52.547	18.498
Total		294.328	166.376

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

34 Eventos subsequentes

Incorporação da Petroquisa e cisão parcial da BRK

Em 27 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. - Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. - BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

Captações da PifCo

Em 6 de fevereiro de 2012, a Petrobras International Finance Company - PifCo, concluiu a oferta títulos do tipo Global Notes no mercado internacional, resultando no recebimento de recursos no montante de US\$ 7 bilhões que serão utilizados para o financiamento dos investimentos da Companhia. A operação foi constituída pela emissão de títulos com vencimento em 2015 e 2017 e pela reabertura dos títulos com vencimento em 2021 e 2041, cujas taxas de juros anuais são de 2,875%, 3,50%, 5,375% e 6,75%, respectivamente, e pagamento semestral de juros.

Os custos de emissão foram de aproximadamente US\$ 22 milhões, deságio de US\$ 16 milhões (séries de 2015 e 2017) e ágio nas reaberturas dos títulos de US\$ 255 milhões (séries de 2021 e 2041), resultando em taxas de juros anuais efetivas de 3,15%, 3,69%, 4,84% e 5,95%, respectivamente. Os Global Notes constituem-se em obrigações não garantidas e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Acordo de Investimentos para parceria na Gás Brasiliano Distribuidora

Em 8 de fevereiro de 2012, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, a Gás Brasiliano Distribuidora S.A. – GBD e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig assinaram um Acordo de Investimentos que prevê o ingresso da Cemig no capital social da GBD, resultando em uma sociedade com 60% de participação da Gaspetro e 40% da Cemig. Atualmente a GBD é 100% controlada pela Gaspetro.

A implementação desse Acordo está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores competentes e a conclusão da operação está prevista para ocorrer durante o ano de 2012.

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Juros recebidos sobre operações de mútuos			764	710
Imposto de renda e contribuição social	3.438	4.680	(1.176)	2.520
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.963	2.909	(3.389)	2.804
	7.401	7.589	(3.801)	6.034
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	17	53		
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	35		342	8.188
Aumento de capital com títulos governamentais, utilizados para aquisição de				
direitos de exploração (cessão onerosa)		67.816		67.816
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	2.303	1.698	2.382	1.600

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis Balanço social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1 - Base de Cálculo	2011	2010
Receita de vendas Consolidada (RL)	244.176	211.842
Lucro antes das participações e impostos Consolidado (RO)	45.911	49.599
Folha de pagamento bruta consolidada	13.026	11.462

2 - Indicadores Sociais Internos (i)	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	845	6,49%	0,35%	741	6,46%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	6.477	49,72%	2,65%	5475	47,77%	2,58%
Previdência privada	328	2,52%	0,13%	350	3,05%	0,17%
Saúde	2.427	18,63%	0,99%	2.064	18,01%	0,97%
Segurança e saúde no trabalho	180	1,38%	0,07%	114	0,99%	0,05%
Educação	133	1,02%	0,05%	118	1,03%	0,06%
Cultura	11	0,09%	0,00%	10	0,09%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	418	3,21%	0,17%	366	3,19%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	90	0,69%	0,04%	6	0,05%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.560	11,98%	0,64%	1.691	14,75%	0,80%
Outros	76	0,58%	0,03%	71	0,62%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	12.545	96,34%	5,13%	11.006	96,02%	5,19%

3 - Indicadores Sociais Externos (i)	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	48	0,10%	0,02%	44	0,09%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional	57	0,12%	0,02%	56	0,11%	0,03%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (I)	70	0,15%	0,03%	79	0,16%	0,04%
Cultura	182	0,40%	0,07%	170	0,34%	0,08%
Esporte	80	0,17%	0,03%	81	0,16%	0,04%
Outros	33	0,07%	0,00%	20	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	470	1,02%	0,19%	450	0,90%	0,21%
Tributos (excluídos encargos sociais)	97.826	213,08%	40,06%	82.971	167,28%	39,17%
Total - Indicadores sociais externos	98.926	214,10%	40,26%	83.421	168,19%	39,37%

4 - Indicadores Ambientais (i)	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da						
empresa	2.550	5,55%	1,04%	2.165	4,37%	1,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	172	0,37%	0,07%	258	0,52%	0,12%
Total dos investimentos em meio ambiente	2722	5,93%	1,11%	2.423	4,89%	1,13%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar	() não			() não possui		
resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e	possui metas	() cumpre of	de 51 a 75%	metas	() não possui m	etas
aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a	()cumpre de			()cumpre de		
empresa:	0 a 50%	(X) cumpre	de 76 a 100%	0 a 50%	(X) cumpre of	le 76 a 100%

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Balanço social (continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

5 - Indicadores do Corpo Funcional (i)	2011	2010
N° de empregados(as) ao final do período	81.918	80.492
Nº de admissões durante o período	3.447	4.353
Nº de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	328.133	291.606
N° de estagiários(as)	1.825	1.402
N° de empregados(as) acima de 45 anos	35.927	34.504
N° de mulheres que trabalham na empresa	13.860	13.408
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14,4%	13,3%
N° de negros(as) que trabalham na empresa (III)	18.468	16.447
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	24,9%	25,3%
N° de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.104	1.093

				Г		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
empresarial (i)		2011			Metas 2012	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		20,22			20,22	
Número total de acidentes de trabalho		653			487	,
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa		(X) direção e	() todos(as)		(X) direção e	() todos(as)
foram definidos por:	() direção	gerências	empregados(as)	() direção	gerências	empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	(X) direção e	() todos(as)	() todos(as) +	(X) direção e	() todos(as)	() todos(as) +
foram definidos por:	gerências	empregados(as)	Cipa	gerências	empregados(as)	Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à	() não se	() segue as normas	(X) incentiva e	() não se	() seguirá as	(X) incentivará e
representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	envolve	da OIT	segue a OIT	envolverá	normas da OIT	seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção e	(X) todos(as)		() direção e	(X) todos(as)
	() direção	gerências	empregados(as)	() direção	gerências	empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção e	(X) todos(as)		() direção e	(X) todos(as)
	() direção	gerências	empregados(as)	() direção	gerências	empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de	() não são		(X) são	() não serão		(X) serão
responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	considerados	() são sugeridos	exigidos	considerados	() serão sugeridos	exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de	() não se		(X) organiza e	() não se		(X) organizará e
trabalho voluntário, a empresa:	envolve	() apóia	incentiva	envolverá	() apoiará	incentivará
Número total de reclamações e críticas de	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
consumidores(as): (VI)	11.230	5	17	5.138	4	8
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VI)	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	93,8%	80%	29,4%	99,1%	100%	87,5%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2011:	181.081		Em 2010:	157.053	
	58% governo	10% colaboradore	es(as)	56% governo	13% colaborado	ores(as)
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	7% acionistas	13% terceiros 129	% retido	7% acionistas	9% terceiros 1	5% retido

Informação Complementar às Demonstrações Contábeis

Balanço social (continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

7 - Outras Informações

- A Companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- 2) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- Inclui R\$ 19,1 de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
- II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.
- III. Informações de 2010 relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro que se autodeclaram negros (cor parda e preta).
- IV. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 25,3% s\u00e3o exercidos por pessoas que se autodeclararam negras.
- V. Informações relativas à Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro, que correspondem a 5,.3% do efetivo nos cargos em que é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência.
- VI. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora.
 As metas para 2011 (empresa, Procon e Justiça) não contêm as estimativas da Petrobras Distribuidora.
- (i) Informação não auditada.

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

					2011				
			Gás &						
•	E&P	Abastecimento	Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	124.028	198.516	16.295	535	73.633	28.374		(197.205)	244.176
Intersegmentos	123.165	63.833	2.182	482	1.223	6.320		(197.205)	
Terceiros	863	134.683	14.113	53	72.410	22.054			244.176
Custo dos produtos vendidos	(55.118)	(205.998)	(9.550)	(588)	(67.630)	(21.679)		193.624	(166.939)
Lucro bruto	68.910	(7.482)	6.745	(53)	6.003	6.695		(3.581)	77.237
Receitas (despesas)	(7.058)	(7.026)	(2.533)	(222)	(4.118)	(3.169)	(8.008)	300	(31.834)
Vendas, gerais e administrativas	(819)	(5.536)	(1.739)	(111)	(4.024)	(1.554)	(4.114)	300	(17.597)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.674)					(754)			(4.428)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.248)	(470)	(116)	(50)	(6)	(1)	(550)		(2.444)
Tributárias	(80)	(06)	(165)	(1)	(41)	(192)	(208)		(777)
Outras	(1.237)	(630)	(513)	(09)	(44)	(899)	(3.136)		(6.588)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e									
impostos	61.852	(14.508)	4.212	(275)	1.885	3.526	(8.008)	(3.281)	45.403
Resultado financeiro Iíquido							122		122
Resultado de participações em investimentos	74	(165)	398	26	6	40	4		386
Participação nos lucros ou resultados	(488)	(348)	(61)	(2)	(118)	(52)	(491)		(1.560)
Lucro antes dos impostos	61.438	(15.021)	4.549	(251)	1.776	3.514	(8.373)	(3.281)	44.351
Imposto de renda/contribuição social	(20.863)	5.051	(1.411)	94	(601)	(1.547)	6.920	1.116	(11.241)
Lucro líquido	40.575	(9.970)	3.138	(157)	1.175	1.967	(1.453)	(2.165)	33.110
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	40.594	(9.955)	3.109	(157)	1.175	1.949	(1.237)	(2.165)	33.313
Acionistas não controladores	(19)	(15)	29			18	(216)		(203)
ıı	40.575	(9.970)	3.138	(157)	1.175	1.967	(1.453)	(2.165)	33.110

A partir de 2011, os negócios com biocombustíveis estão apresentados em área própria. Anteriormente, estas informações estavam inseridas no grupo de órgãos corporativos. Reclassificamos as informações do exercício anterior para fins de comparação

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

					2010				
•			Gás &						
•	E&P	Abastecimento	Energia	Biocombustível	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	95.451	172.244	14.936	478	65.568	23.777		(160.612)	211.842
Intersegmentos	95.026	57.228	1.761	418	1.263	4.916		(160.612)	
Terceiros	425	115.016	13.175	09	64.305	18.861			211.842
Custo dos produtos vendidos	(44.302)	(160.273)	(10.955)	(480)	(59.907)	(18.574)		158.874	(135.617)
Lucro bruto	51.149	11.971	3.981	(2)	5.661	5.203		(1.738)	76.225
Receitas (despesas)	(5.825)	(6.330)	(2.488)	(122)	(3.618)	(3.288)	(8.454)	294	(29.831)
Vendas, gerais e administrativas	(794)	(5.144)	(1.822)	(70)	(3.476)	(1.539)	(3.761)	247	(16.359)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(2.601)					(1.196)			(3.797)
Pesquisa e desenvolvimento	(774)	(380)	(129)		(6)	(2)	(445)		(1.739)
Tributárias	(218)	(119)	(52)	(1)	(29)	(208)	(264)		(891)
Outras	(1.438)	(289)	(485)	(51)	(104)	(343)	(3.984)	47	(7.045)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e									
impostos	45.324	5.641	1.493	(124)	2.043	1.915	(8.454)	(1.444)	46.394
Resultado financeiro Iíquido							2.620		2.620
Resultado de participações em investimentos		322	305	(11)	7	(22)	(16)		585
Participação nos lucros ou resultados	(538)	(378)	(99)		(120)	(48)	(541)		(1.691)
Lucro antes dos impostos	44.786	5.585	1.732	(135)	1.930	1.845	(6.391)	(1.444)	47.908
Imposto de renda/contribuição social	(15.228)	(1.789)	(485)	43	(654)		6.043	490	(12.027)
Lucro líquido	29.558	3.796	1.247	(92)	1.276	1.398	(348)	(954)	35.881
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras	29.691	3.729	1.285	(92)	1.276	1.277	(1.023)	(954)	35.189
Acionistas não controladores	(133)	29	(38)			121	675		692
	29.558	3.796	1.247	(92)	1.276	1.398	(348)	(954)	35.881

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

			Gás						
Ativo	E&P	Abastecimento	& Energia	Biocombustivel	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	10.537	41.203	4.707	239	7.956	8.272	61.886	(13.636)	121.164
Não circulante	254.164	116.982	47.150	2.180	6.835	28.167	23.138	(630)	477.986
Realizável a longo prazo	7.766	7.910	3.050	32	1.243	5.465	16.351	(089)	41.187
Investimento	23	90300	2.160	1.612	84	1.873	190		12.248
Imobilizado	169.833	102.473	41.208	536	4.709	17.842	5.666		342.267
Intangível	76.542	293	732		799	2.987	931		82.284
31.12.2011	264.701	158.185	51.857	2.419	14.791	36.439	85.024	(14.266)	599.150
Circulante	6.133	28.722	5.086	210	6.581	5.513	63.611	(9.954)	105.902
Não circulante	221.468	88.771	45.082	1.676	5.721	22.742	25.754	(270)	410.944
Realizável a longo prazo	6.268	900.9	2.679	13	096	3.919	18.143	(270)	37.718
Investimento		6.482	2.012	1.116	73	1.736	173		11.592
Imobilizado	138.519	76.016	40.014	546	4.005	14.523	6.472		280.095
Intangível	76.681	267	377	1	683	2.564	996		81.539
31.12.2010	227.601	117.493	50.168	1.886	12.302	28.255	89.365	(10.224)	516.846

A partir de 2011, os negócios com biocombustíveis estão apresentados em área própria. Anteriormente, estas informações estavam inseridas no grupo de órgãos corporativos. Reclassificamos as informações do exercício anterior para fins de comparação.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Demonstração da Segmentação de Negócios (consolidado) Internacional

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

				2011			
Demonstração do resultado	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas Intersegmentos Terceiros	8.615 6.373 2.242	14.241 3.585 10.656	909 39 870	8.320 45 8.275		(3.711) (3.722) 11	28.374 6.320 22.054
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	3.969	(226)	190	120	(507)	(20)	3.526
Demonstração do resultado	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	2010 Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas Intersegmentos Terceiros	6.574 5.259 1.315	13.188 3.767 9.421	964 78 886	7.254 58 7.196		(4.203) (4.246) 43	23.777 4.916 18.861
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, das participações e impostos Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	2.148	64	116	10	(408)	(15)	1.915
Ativo total	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Em 31.12.2011 Em 31.12.2010	27.358	5.433	1.742	1.889	3.412	(3.896)	36.439

Informação Complementar sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Não Auditadas)

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Informações sobre reservas

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção das reservas de petróleo e de gás natural no Brasil eram exercidas, exclusivamente, sob a modalidade de concessão até a promulgação da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010,que introduziu o regime de partilha de produção onde áreas do Pré-Sal e outras consideradas estratégicas passam a ser contratadas pela União. No exterior, a Companhia detém a maior parte de seus contratos sob a modalidade de concessão. Portanto, nos ativos da Companhia são apresentados os gastos incorridos para explorar e desenvolver a produção e não o volume de reservas monetizadas.

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar nos projetos existentes de explotação de óleo e gás através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia, de acordo com os critérios definidos pela *Securities and Exchange Commission - SEC*, são as seguintes:

	Petról	eo (bilhões de b	bl) (*)	Gás	(bilhões de m³)	(*)	Petróleo	+ Gás (bilhões d	e boe) (*)
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10,379	0,345	10,724	279,651	37,600	317,251	12,139	0,566	12,705
Variação das reservas	0,737	0,066	0,803	31,677	2,544	34,221	0,936	0,081	1,017
Produção	(0,705)	(0,047)	(0,752)	(18,086)	(3,305)	(21,391)	(0,819)	(0,067)	(0,886)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10,411	0,364	10,775	293,242	36,839	330,081	12,256	0,580	12,836
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	0,033	0,033	-	1,691	1,691	-	0,043	0,043
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	0,030	0,030	-	1,231	1,231	-	0,037	0,037
Reservas provadas e desenvolvidas									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6,931	0,183	7,114	184,822	15,855	200,677	8,094	0,276	8,370
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6,974	0,181	7,155	181,134	14,506	195,640	8,113	0,267	8,380
(*) Não auditado.									

Nas reservas provadas internacionais não estão sendo incluídas as reservas da Bolívia, atendendo à exigência da Nova Constituição Política do Estado (NCPE), que proíbe a anotação e registro das reservas de óleo e gás por empresas privadas no país.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA Presidente

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER Conselheiro

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR SILVA Conselheiro

Conselheira

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO LUCIANO GALVÃO COUTINHO Conselheiro

Conselheiro

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER Diretora de Gás e Energia

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA Diretor de Exploração e Produção

PAULO ROBERTO COSTA Diretor de Abastecimento

JORGE LUIZ ZELADA Diretor Internacional

RENATO DE SOUZA DUQUE Diretor de Serviços

MARCOS MENEZES Contador - CRC-RJ 35.286/O-1